

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A DISCUSSÃO SOBRE A TEORIA PROTECIONISTA DE LIST
E A TEORIA DO LIVRE COMÉRCIO:
O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN-SAMUELSON**

IARA CECÍLIA MATIAS

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO, 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A DISCUSSÃO SOBRE A TEORIA PROTECIONISTA DE LIST
E A TEORIA DO LIVRE COMÉRCIO:
O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN-SAMUELSON

Monografia submetida ao Departamento de
Ciências Econômicas para obtenção de carga
horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: IARA CECILIA MATIAS

Orientador: Doutor. NILDO DOMIGOS
OURIQUES

Área de Pesquisa: Economia Internacional

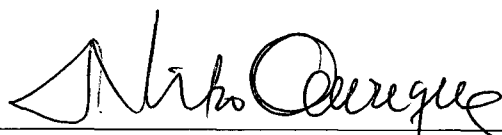
Palavras-chaves : 1 – Política Comercial
 2 – Livre Comércio
 3 – Protecionismo

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO, 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

À Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 à aluna **Iara Cecília Matias** na disciplina **CNM 5420 – MONOGRAFIA**, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



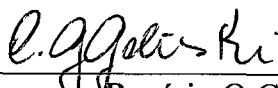
Doutor Nildo Domingos Ouriques

Presidente



Doutor Pedro Antônio Vieira

Membro



Mestre Carmem Rosário O.G. Gelinski

Membro

Agradecimentos

Em especial ao meu esposo Adair, que em todas as circunstâncias esteve ao meu lado, incentivando-me nos momentos de dificuldade e desânimo. A minha família, principalmente aos meus pais, e aos amigos que acompanharam a difícil trajetória e contribuíram para minha formação acadêmica. A todos os professores e em especial ao Prof. Nildo Domingos Ouriques pela compreensão e paciência no desenvolver deste trabalho.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. O PROBLEMA.....	01
1.1 Introdução.....	01
1.2 Formulação da Situação Problema.....	02
1.3 Objetivos	06
1.3.1 Objetivo Geral.....	06
1.3.2 Objetivos Específicos.....	06
1.4 Metodologia.....	07

CAPÍTULO 2

2. O PROTECIONISMO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO.....	08
2.1 Friedrich List : Sistema para o Desenvolvimento Nacional.....	10
2.2 O Desenvolvimento das Manufaturas e os Benefícios para a Nação.....	15
2.3 O Uso de Política Protecionista como Instrumento para o Desenvolvimento Nacional.....	19
2.4 As Razões para a Hegemonia Industrial e Comercial da Inglaterra.....	28

CAPÍTULO 3

3. A TEORIA DO LIVRE COMÉRCIO: O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN- SAMUELSON.....	34
3.1 A Teoria Ricardiana e as Vantagens Comparativas.....	35
3.2 O Modelo de Heckscher–Ohlin-Samuelson : Dotações de Fatores.....	38

CAPÍTULO 4

4. A TEORIA CONVENCIONAL E AS CRÍTICAS AO PROTECIONISMO.....50

 4.1 Os Instrumentos para a Adoção de Políticas Protecionistas.....52

 4.2 O Impacto da Adoção de Medidas Protecionistas sobre o Mercado Interno.....55

 4.3 O Protecionismo Imposto às Exportações Brasileiras: E.U.A e CEE.....59

CAPÍTULO 5

5. Conclusão.....66

CAPÍTULO 6

6. Referências Bibliográficas.....71

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as teorias que explicam o fluxo internacional de mercadorias, visto o papel importante do comércio internacional na análise econômica, devido seu impacto sobre as políticas econômicas adotadas pelos diferentes países no âmbito mundial.

As discussões sobre o comércio internacional estão sempre fundamentadas na adoção de políticas comerciais protecionistas e o livre comércio. Será abordada neste trabalho a teoria protecionista formulada por Friedrich List, visto sua importância na busca de políticas que tornam possível o desenvolvimento dos países atrasados industrialmente.

A teoria do livre comércio, que demonstra sobretudo a visão da teoria neoclássica sobre o comércio internacional, retratada através do modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson ou dotações de fatores, demonstrando seus principais fundamentos através das vantagens comparativas decorrentes da abundância relativa de fatores e a suposta equalização dos preços dos fatores de produção no mercado mundial.

Será discutida a contradição existente entre a doutrina do livre comércio recomendada pela teoria neoclássica e a constante adoção de políticas protecionistas pelos países desenvolvidos. O estudo da realidade demonstra que o protecionismo sempre existiu e faz parte da história econômica do desenvolvimento destes países.

Os instrumentos para a adoção de políticas protecionistas e o impacto destas sobre a economia nacional também torna-se relevante. Os principais argumentos utilizados pela teoria neoclássica contra o uso de medidas protecionistas também serão abordados neste trabalho. Para exemplificar como os países desenvolvidos fazem uso do protecionismo de forma sistemática, este trabalho também visa analisar os padrões comerciais referentes as exportações e importações entre os Estados Unidos, Comunidade Econômica Européia e o Brasil, demonstrando como os países desenvolvidos limitam as exportações brasileiras para seus mercados.

CAPÍTULO 1

O PROBLEMA

1.1 INTRODUÇÃO

O livre comércio é visto pela maioria dos economistas como a política comercial mais recomendada, porém, quase todos os países em maior ou menor grau fazem uso de políticas que restringem o comércio. Os argumentos à favor do livre comércio baseiam-se nos ganhos de eficiência (a análise de custo e benefício), nos ganhos adicionais decorrentes da concorrência externa e na dificuldade de traduzir a complexidade da análise econômica para políticas reais.

Uma das missões mais consistente da análise em economia internacional tem sido analisar os efeitos das chamadas medidas protecionistas e mostrar as vantagens do comércio internacional livre, apesar de historicamente as maiores economias mundiais terem adotado políticas protecionistas em relação ao seu mercado interno.

O comércio internacional desempenha um papel de importância crescente na vida econômica de qualquer país. A importância cada vez maior do mercado internacional na adoção de políticas econômicas deve-se ao papel fundamental desempenhado por este e pelo impacto de políticas comerciais adotadas por diferentes países que influenciam a economia doméstica.

As diferenças existentes entre os países são as principais razões do comércio internacional, visto que esse comércio é decorrente do intercâmbio de bens físicos entre as nações, já que um país não pode produzir tudo o que necessita com eficiência.

No âmbito da economia internacional, o padrão de comércio em que atuam os países define a forma como as diferentes nações comercializam entre si, porém, as discussões entre o

protecionismo, ou seja, adoção de medidas restritivas e o livre comércio encontram-se sempre presentes, por essa razão o estudo das teorias que explicam o fluxo do comércio internacional torna-se relevante.

Entre as teorias sobre comércio internacional, a teoria formulada por Friedrich List pode ser considerada como uma das mais importantes, por priorizar o desenvolvimento nacional através da adoção de medidas protecionistas e como essas auxiliam o desenvolvimento industrial. Analisa ainda, os impactos da concorrência externa sobre este desenvolvimento, contrapondo-se desta forma à teoria do livre comércio, exposta neste trabalho à partir do Modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, que supõe como melhor política comercial a livre concorrência internacional pautada nas diferenças de dotações de fatores entre os países e seus benefícios.

1.2 FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

À partir da década de 1930, os países mais avançados (Estados Unidos e os países europeus) vêm reduzindo gradualmente as tarifas e outras barreiras não tarifárias, o que viabilizou um movimento rápido no sentido do livre comércio, isso deveu-se principalmente as negociações internacionais entre esses países.

As negociações internacionais têm levado à reduções de tarifas, caminhando para o livre comércio e evitando guerras comerciais entre países. Os acordos geralmente multilaterais ocorreram através da coordenação do chamado *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT). Estabelecido em 1947, do qual faziam parte os principais países envolvidos na atividade comercial, tendo como funções: estabelecer e administrar regras para o procedimento correto no comércio internacional; ajudar os governos a reduzir as tarifas aduaneiras e abolir outras barreiras; disciplinar o valor aduaneiro, as medidas *anti-dumping*, as restrições cambiais e as concessões tarifárias.

O GATT resultou em um acordo de regras para a redução de tarifas. Seu ponto mais importante dizia respeito a cláusula da nação mais favorecida¹, segundo a qual cada negociação tarifária feita em reuniões do GATT estendia-se a todos os membros. As regras do GATT condenavam práticas discriminatórias e proibiam o uso de quotas de importação, exceto por países que estivessem com problemas no balanço de pagamentos. Existiam, porém, exceções para os países que fossem considerados “em desenvolvimento”, permitindo a proteção das chamadas “indústrias nascentes”. Em relação a esses países, foi criado ainda o Sistema Geral de Preferência (SGP), com a intenção de “auxiliar” o desenvolvimento dos mesmos.

O Sistema Geral de Preferência é destinado a favorecer os “países em desenvolvimento” por meio de concessões de vantagens tarifárias não extensivas. O sistema estabelece quotas, condições de preços, etc. Essas vantagens não constituem um direito, significando apenas um favor. Os países que as concedem podem suspende-las em qualquer momento. Tais vantagens recaem sobre produtos manufaturados produzidos pelos países em desenvolvimento que os países desenvolvidos (E.U.A. e CEE) não consideram inconveniente importar, sendo que as matérias primas são excluídas. Os produtos que recebem subsídios à exportação são excluídos e são previstas sanções para produtos cujos preços forem considerados desleais.

Os membros do GATT também criaram códigos de conduta para impedir o uso de *dumping*², subsídios e outras práticas consideradas “injustas” pelos defensores da doutrina do livre comércio.

¹ Essa cláusula refere-se à estipulação geralmente consignada nos tratados de comércio com concessões aduaneiras, segundo a qual, se uma das partes no futuro, vier a dar maiores concessões a um terceiro país, as mesmas serão automaticamente extensivas a todos os membros.

² Dumping é a distorção comercial onde uma mercadoria é colocada à venda abaixo do seu custo real, respaldada em reservas financeiras para cobrir os prejuízos imediatos, objetivando eliminar concorrências de menor potencial financeiro. O dumping, ocorre também através de subsídios governamentais para promover as exportações de determinado setor. Essa prática muitas vezes provoca reações nos países importadores, quando a mercadoria estrangeira representa um risco a produção nacional. Segundo as regras do GATT, existe a possibilidade de utilização de medidas anti-dumping, que resultam em uma sobretaxa sobre os produtos importados.

A primeira reunião do GATT ocorreu em 1967, com a Rodada Kennedy que resultou em uma redução de 33% nas tarifas dos produtos manufaturados entre os E.U.A. e CEE, todavia todas as tarifas e subsídios referentes ao o setor agrícola foram mantidas. Em 1973, ocorreu a Rodada de Tóquio, com resultado semelhante ao da Rodada Kennedy, a redução de tarifas foi de 34% para produtos manufaturados, não havendo nenhuma redução nas tarifas para produtos agrícolas e a utilização de medidas não tarifárias foram mantidas.

Durante a década de 1980, o aumento das pressões protecionistas entre os países desenvolvidos, fez com que fosse organizada uma nova rodada de negociações comerciais do GATT, que iniciou em 1986 em Punta del Este e ficou conhecida como a Rodada Uruguai. Os principais pontos diziam respeito à liberalização do comércio de produtos agrícolas e também à discussão sobre as regras do GATT para subsídios, *dumping*, salvaguardas³ e compras governamentais.

O ponto mais importante da Rodada Uruguai foi a criação de uma nova instituição, a Organização Mundial do Comércio (OMC), para realizar as funções desempenhadas pelo GATT, mas com um novo e acelerado processo para julgar e resolver disputas comerciais entre países, utilizando-se para isso das chamadas “soluções de entendimento nas disputas” (SED), a qual admite a possibilidade da utilização de retaliações comerciais por parte dos países que sintam-se prejudicados pelo uso de práticas consideradas “ilegais ou injustas”.

A grande oposição a Rodada Uruguai, partiu da Comunidade Econômica Européia e sua política de subsídios e preços mínimos para produtos agrícolas, visto que este setor é fortemente protegido nos países europeus. Os países dependentes, entre eles o Brasil, foram os principais afetados, posto que, muitos produtos exportados por esses tiveram um aumento nas tarifas, principalmente os produtos agrícolas e as matérias primas.

³ Trata-se de uma disposição firmando uma condição (obrigação, faculdade ou direito) em um contrato ou tratado, no sentido de medida cautelar. É uma precaução reservada aos países-membros de um acordo ou tratado a ser usado, quando necessário em defesa da economia nacional. A cláusula de salvaguarda poderá ser aplicada de forma unilateral e não discriminatória, restringindo importações que em quantidade ou em condições que causem prejuízos graves à atividade produtiva do setor industrial abrangido.

Os Estados Unidos da América (E.U.A.) e a Comunidade Econômica Européia (CEE) adotam medidas restritivas para proteger os setores agrícolas nacionais, entre eles a produção interna de grãos, laticínios, carnes e outras commodities⁴. As políticas protecionistas adotadas com relação a esse setor, ocorrem através de altos subsídios e políticas de preço mínimo. Apesar dos altos custos para sua manutenção, essas políticas são adotadas com a intenção de favorecer os produtores nacionais.

O acordo de livre comércio entre E.U.A. e Canadá em 1989, resultou em uma área de livre mercado, aonde ambos concordaram em reduzir as tarifas sobre importação em setores definidos como automóveis e autopeças. Em 1994, os E.U.A. avançaram ao aprovar um novo acordo de livre comércio entre E.U.A., México e Canadá, e ficou conhecido como Acordo Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA)⁵, porém, as políticas que restringem o mercado formado pelo bloco com relação aos outros países foram mantidas.

As políticas protecionistas adotadas principalmente entre os países centrais, são alvos de discussões constantes, sendo os principais prejudicados os países atrasados, porque estes não possuem condições para interferir nas regras comerciais impostas pelos primeiros.

Atualmente, quando a doutrina do livre comércio vêm difundido-se rapidamente principalmente entre os países atrasados, sob a suposição de que os ganhos advindos do livre comércio são benéficos para todos, é possível observar a imposição cada vez maior de políticas protecionistas pelos países desenvolvidos, além da formação de blocos econômicos e de uniões aduaneiras.

A contradição existente entre a doutrina do livre comércio, recomendada pelos países desenvolvidos aos países atrasados, com a intenção de reduzir as restrições comerciais e

⁴ Nas relações comerciais internacionais, o termo commodity refere-se a um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de grande importância comercial, como por exemplo: o café, a soja, o minério de ferro, o algodão, etc. Alguns centros, como Londres, se notabilizaram como importantes mercados desses produtos (commodity exchange).

⁵ O Acordo de Livre Comércio Norte Americano (NAFTA), privilegia o México em prejuízo das exportações brasileiras, visto que eliminou as restrições aos produtos mexicanos no mercado norte americano em setores nos quais o Brasil compete como por exemplo: suco de laranja, açúcar e soja.

ampliar os mercados nacionais, principalmente dos países latino-americanos, não é condizente com as políticas protecionistas adotadas no interior das maiores economias mundiais: E.U.A. e CEE, que utilizam-se de forma sistemática de medidas restritivas em relação a seus mercados internos, impedindo desta forma uma expansão das exportações dos países atrasados.

A compreensão da doutrina do livre comércio, abordada neste trabalho pelo modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, demonstra que apesar dos “supostos” benefícios decorrentes desta política, esta nunca foi alcançada, tanto a livre concorrência como o livre comércio na realidade nunca existiram.

O protecionismo adotado pelos países desenvolvidos é na verdade o que dita as regras no mercado internacional, mesmo com a criação de instituições internacionais como o GATT e posteriormente a OMC, o livre comércio nunca foi alcançado. Sempre existiu no interior desses países, uma política comercial que associava protecionismo em setores importantes para a autonomia nacional e livre comércio aos setores economicamente menos relevantes.

Sendo assim, salienta-se que dar-se-á ênfase ao estudo da teoria protecionista de List, que enfatiza a importância do desenvolvimento do setor industrial e a utilização de medidas protecionistas para isso, sendo esse visto como um meio para aumentar a autonomia nacional. A teoria protecionista em confronto com a teoria de livre comércio retratada através do modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, demonstra sobretudo a fragilidade deste modelo e sua impossibilidade de explicar os fluxos comerciais no mercado internacional.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Com base no referencial bibliográfico disponível, compreender a teoria do protecionismo e seus benefícios, inspirada na Teoria Protecionista de List e seu

confronto com a Teoria Neoclássica de Livre Comércio no âmbito mundial, retratada através do modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson. Compreender a importância do comércio internacional na determinação de políticas comerciais e a discussão entre o livre comércio e protecionismo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Realizar o estudo das medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos, os instrumentos utilizados para a adoção de tais medidas e seu impacto sobre a economia nacional.
- Analisar as críticas da teoria convencional sobre a adoção de políticas protecionistas e os benefícios do livre comércio.
- Efetuar uma análise crítica a respeito das contradições existentes entre as políticas comerciais adotadas pelas principais economias mundiais (E.U.A. e CEE) e as políticas de livre comércio recomendadas para os países atrasados.

1.4 METODOLOGIA

O estudo da realidade requer a revisão da teoria de comércio internacional e para isso foram utilizados livros e textos que possibilitaram fazer uma análise teórica. O método utilizado na pesquisa foi o método dedutivo, na medida em que se parte de conceitos teóricos. Os dados necessários ao presente trabalho são provenientes de fontes secundárias, visto tratar-se de dados sobre restrições tarifárias e não tarifárias, além de dados referentes a exportações e importações, sendo esses de caráter quantitativo, disponíveis em relatórios, revistas especializadas e em bancos de dados, como Boletim do Banco Central, bem como documentos disponíveis através OMC, CEPAL etc.

CAPÍTULO 2

O PROTECIONISMO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

As discussões teóricas entre a adoção de políticas protecionistas e o livre comércio estão sempre presentes nas decisões de política econômica a serem adotadas por qualquer país. Desde a época de Adam Smith, os economistas têm defendido o livre comércio como ideal pelo qual a política de comércio deveria se empenhar a alcançar, sob a alegação de que o livre comércio maximiza o desenvolvimento mundial através da concorrência. Porém, no decorrer da história do desenvolvimento das grandes potências mundiais a adoção de medidas protecionistas revela-se constante.

Desde o surgimento das grandes nações manufatureiras do século XIX, os governos estão cada vez mais preocupados com os efeitos da concorrência internacional sobre a prosperidade da indústria nacional e têm tentado protegê-las desta concorrência, impondo limites à importação ou auxiliando-as por meio de subsídios às exportações. Os principais países da Europa como a Inglaterra e a Alemanha e em nosso continente os Estados Unidos da América, são exemplos claros do uso de medidas restritivas para auxiliar o desenvolvimento industrial interno.

As medidas protecionistas foram extremamente utilizadas nas políticas de industrialização pela substituição de importações ou industrialização induzida (política adotada principalmente pelos países da América Latina na década de 60), visto que dificultavam ou até mesmo proibiam a importação de bens produzidos pelas chamadas “indústrias nascentes”. Nos países atrasados que possuem condições para o desenvolvimento industrial, a adoção de políticas protecionistas auxilia o desenvolvimento de novas indústrias manufatureiras, porque estas não podem concorrer inicialmente com manufaturas já estabelecidas em países desenvolvidos. Para que as indústrias se tornem significativas, os

governos podem apoiar temporariamente as indústrias novas, até que estejam suficientemente consolidadas para suportar a concorrência internacional.

Duas das grandes economias da atualidade utilizaram esta política: os Estados Unidos da América e a Alemanha, sendo que as mesmas mantiveram elevadas tarifas sobre a importação de produtos manufaturados durante o século XIX e atualmente continuam a fazer uso de medidas protecionistas de maneira sistemática.

As políticas de desenvolvimento de Frederick List foram precursoras no que se refere à busca de meios para desenvolver o que ele denominou “países atrasados” e tornaram-se um caminho pelo qual esses países podem alcançar o mesmo nível de desenvolvimento dos países mais avançados, utilizando-se para isso de medidas protecionistas de forma parcial, limitada e temporária. O protecionismo defendido por List, torna-se um meio e não um fim, pois à partir do momento em que as indústrias possam concorrer em iguais condições no mercado internacional, este deve ser abolido.

Em alguma medida, suas formulações encontram-se também presentes nas políticas desenvolvimentistas da CEPAL. O modelo de substituição de importações desenvolvido por esta, ficou conhecido como um modelo “voltado para dentro”, visto como um meio para desenvolver países atrasados da América Latina em relação as principais potências econômicas (E.U.A. e CEE). Este modelo assemelha-se a teoria de List no sentido de desenvolver os principais setores da economia, sobretudo o setor industrial, e na utilização de restrições à importação de produtos manufaturados com a intenção de desenvolver industrialmente os países latino-americanos. O Estado auxiliou esse desenvolvimento quando passou a estimular o desenvolvimento industrial e também a fornecer a infra-estrutura básica necessária, como por exemplo o desenvolvimento do setor elétrico e dos meios de transportes.

Este capítulo faz uma síntese do pensamento de List, que inspirou a definição de políticas comerciais dos principais países europeus como Itália, Alemanha e França no início do século XX, demonstrando dessa forma sua importância. Porém, suas formulações passam quase despercebidas pelas teorias do comércio internacional ao longo da história.

2.1 FRIEDRICH LIST: SISTEMA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Friedrich List, nacionalista convicto buscava políticas que auxiliassem o desenvolvimento da Alemanha, que encontrava-se em estado semi-feudal, formada por um conjunto de principados, ducatos e cidades livres e economicamente atrasada em relação a hegemônica Inglaterra do século XIX que se desenvolvia sobre a luz do capitalismo, o que levou List a formular suas teorias protecionistas.

Em 1841 List publica seu livro com o título de *“O Sistema Nacional de Economia Política: Comércio Internacional, Política Comercial e a União Aduaneira Germânica”* em confronto ao pensamento dominante da época que preconizava o livre comércio, fundamentado na teoria clássica de Adam Smith e J.B. Say.

Em seu livro, List faz uso da teoria econômica e da história como base necessária a sua formulação analítica, busca encontrar um marco explicativo para o processo econômico, diferenciando-se da escola clássica e criando seus próprios conceitos. List viveu entre os anos de 1789 à 1846, por suas idéias revolucionárias foi exilado e expulso da Alemanha vivendo em outros países europeus e nos Estados Unidos, onde pôde observar as diferenças econômicas existentes em cada país e aprofundar suas críticas à escola clássica.

Sua teoria recupera o conceito de “nação” como unidade econômica e seu estudo, ao qual List denomina Economia Política, e define como uma nação consegue obter prosperidade por meio da agricultura, indústria e comércio tendo em vista seus próprios interesses nacionais, divergindo portanto do cosmopolitismo da escola clássica, onde a mesma assume como Economia Política o estudo da economia mundial.

“Se quisermos permanecer fiéis às leis da lógica e da natureza das coisas, devemos distinguir a economia dos indivíduos da economia das sociedades, e diferenciar quanto a esta última, entre a verdadeira Economia Política ou nacional, (a qual, emanando do conceito e da natureza da nação, ensina de que maneira determinada nação, na atual situação

do mundo e das próprias relações nacionais específicas, pode manter e melhorar suas condições econômicas)” (LIST,1986:91)

A visão cosmopolítica da teoria clássica supõe a igualdade entre todas as nações do mundo e exclui o conceito de nação individual e seus interesses, admite também que o mundo encontra-se em estado de paz perpétua e considera ainda que todos os países do mundo encontram-se em um mesmo nível de desenvolvimento.

Para List o princípio da igualdade é falso, visto que as nações encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento; além dos períodos de guerra, nos quais o protecionismo torna-se compulsório, devido a interrupção no intercâmbio de mercadorias. O “suposto” livre comércio só seria benéfico se um grande número de nações estivessem no mesmo nível de desenvolvimento na indústria, no comércio, na cultura, na política e na agricultura. Como isso não ocorre, o livre comércio é uma política de sujeição de países atrasados aos países dominantes, aonde o comércio e a indústria são mais desenvolvidos.

“Pelo fato de não haver limites para a produção manufatureira (sobretudo em consequência do uso da maquinaria), a não ser os decorrentes de capital que se possua e dos meios para aumentar as vendas, ocorre o seguinte: determinada nação, cujas atividades manufatureiras tem operado ininterruptamente por um século e que conseguiu acumular capitais imensos, que conseguiu estender seu comércio por todo o mundo, tal nação é capaz de declarar guerra de extermínio contra os manufatores de todos os países do mundo. Se tal ocorrer, é totalmente impossível que em outras nações, pelo curso normal das coisas (para usar a expressão do próprio Adam Smith), simplesmente em consequência do programa da agricultura surjam grandes manufaturas, sendo possível também que continuem a substituir, pelo curso normal das coisas, as manufaturas que já haviam nascido em virtude de interrupções comerciais causada pela guerra. A razão disso é a mesma pela qual uma criança ou um menino em luta com um homem forte dificilmente poderá vender ou oferecer resistência constante. As manufaturas constituem a supremacia comercial e industrial (da Inglaterra) levam mil vantagens sobre as manufaturas recém-nascidas ou ainda adolescentes de outros países.” (LIST,1986:200)

A teoria clássica considera a economia mundial como um todo universal e a atuação da “mão invisível” de Adam Smith de acordo com a liberdade absoluta no comércio

internacional, é favorável apenas aos países com um nível maior de desenvolvimento industrial, que conseguem impor no comércio mundial seus interesses, como por exemplo, os acordos da Inglaterra com Portugal em 1703, com a França em 1786, com E.U.A. em 1786 e 1816 e com a Espanha em 1713, que beneficiavam apenas a economia inglesa, então dominante do ponto de vista industrial e comercial.

O Tratado de Methuen entre Inglaterra e Portugal tinha como objetivo o fornecimento de produtos manufaturados ingleses ao mercado português, para isso, a Inglaterra reduziu as tarifas alfandegárias para o vinho português em 1/3 em relação as taxas vigentes para outros países; como compensação, as taxas impostas à importação de produtos têxteis ingleses por Portugal também foram reduzidas. O resultado deste tratado foi a destruição das manufaturas portuguesas. Segundo List (1986:37) *“imediatamente depois da conclusão desse tratado, observou-se em Portugal um verdadeiro dilúvio de produtos manufaturados ingleses, e o primeiro resultado foi a ruína repentina e completa da manufatura portuguesa”*.

O Tratado de Eden entre Inglaterra e França (em 1786) era semelhante ao Tratado de Methuen, e resultou em uma redução das taxas alfandegárias para produtos manufaturados ingleses em troca de um aumento das exportações de vinhos e conhaques franceses para a Inglaterra. O Contrato de Asiento em 1713, concedia a Inglaterra o direito de introduzir um número limitado de africanos nas colônias espanholas, tornando-se um artifício para a introdução de grandes quantidades de manufaturados ingleses. As reduções das tarifas alfandegárias norte americanas em 1786 e 1816, resultaram em um aumento das importações de manufaturados da Inglaterra em detrimento das manufaturas dos Estados Unidos da América.

“Constatamos, pois, que em todos os tratados comerciais concluídos pelos ingleses existe uma tendência a estender a venda dos seus produtos manufaturados a todos os países com os quais negociam, oferecendo-lhes em troca vantagens aparentes no tocante à importação de produtos agrícolas e matérias primas. Em toda parte os esforços ingleses visam arruinar a força manufatureira desses países, oferecendo-lhes bens mais baratos e empréstimos a longo prazo. Quando não conseguem obter taxas alfandegárias mais baixas, empenham

suas energias em fraudar os postos alfandegários e em organizar uma vasta rede de contrabando” (LIST,1986:51)

Segundo List, os países com maior grau de desenvolvimento se mantêm em uma posição dominante na produção e nas regulamentações do mercado, isso faz com que os países menos desenvolvidos sejam subordinados aos interesses desses, desta forma o livre comércio torna-se um meio para a manutenção da hegemonia dos países mais desenvolvidos.

“(...) dessa maneira se sacrifica a prosperidade nas nações individuais, sem que haja benefícios para a humanidade em geral, servindo exclusivamente para o enriquecimento da nação dominante do ponto de vista industrial e comercial. Mas, enquanto outras nações continuarem a subordinar os interesses da humanidade como tal aos seus interesses nacionais, é loucura falar de livre concorrência entre indivíduos de nações diferentes.” (LIST,1986:85)

A teoria protecionista de List, chamado por ele de “sistema”, tem por objetivo o desenvolvimento da Alemanha que encontrava-se atrasada em relação aos países com indústria e o comércio mais desenvolvidos (Inglaterra). De acordo com List, a Alemanha não possuía condições de alcançar o mesmo nível de desenvolvimento dos países mais avançados através do livre comércio.

Neste sistema, o papel do Estado é fundamental no processo de desenvolvimento, visto que cabe a ele de induzir e orientar o desenvolvimento dos setores mais dinâmicos da economia, bem como fornecer a infra-estrutura necessária como o desenvolvimento dos meios de transportes e das fontes energéticas.

O Estado também deve estimular o desenvolvimento desses setores através da adoção de políticas protecionistas com o intuito de proteger a indústria nascente e a formação do mercado interno, tanto para o consumo de produtos manufaturados como para a oferta de matérias primas e gêneros agrícolas. Sendo considerada, essas as bases necessárias para o desenvolvimento da indústria nacional.

“A história industrial das nações – isso é mais evidente no caso da Inglaterra – demonstra que a transição do estágio de

barbárie para o estágio pastoril, deste para o agrícola e da agricultura para os primeiros inícios da manufatura e da navegação, se efetua com maior rapidez e com maiores vantagens pelo livre cambismo com cidade e países mais evoluídos; a mesma história demonstra, porém, que só se pode atingir uma atividade manufatureira perfeitamente desenvolvida, uma importante marinha mercante e um comércio exterior em larga escala, mediante a intervenção do poder do Estado. (LIST, 1986:125)

O “sistema” para o desenvolvimento de países atrasados ocorre através de três etapas distintas:

- I – No primeiro estágio, deve-se adotar o livre comércio com nações mais desenvolvidas, com a intenção de formar o mercado interno de bens manufaturados e atender as principais necessidades;
- II – Promover o desenvolvimento dos principais setores industriais da economia, bens manufaturados de primeira necessidade e setores que requerem o investimento de grande soma de capital, sob um regime de taxas protecionistas até que o país alcance autonomia na produção desses bens e consiga concorrer com o mercado externo;
- III - O país deve retornar aos princípios do livre comércio após ter alcançado a supremacia na produção e conseguir concorrer com países mais desenvolvidos e adotar a política da liberdade de comércio para manter a competitividade e estimular o desenvolvimento contínuo da indústria nacional.

O sistema de List, pretende viabilizar o desenvolvimento de um país atrasado industrialmente através de medidas protecionistas, porém não pode ser considerado universal e possível de ser utilizado por todos os países. É necessário que existam condições para o desenvolvimento industrial definidas através do desenvolvimento social, político e da agricultura, oferta de matérias primas, a existência de recursos naturais que possam ser utilizados pela indústria, além de extensão territorial e população numerosa.

List considera impossível que um país atrasado possa desenvolver-se espontaneamente sobre a ótica do livre comércio, torna-se necessário que a indústria seja induzida a desenvolver-se através de um parque industrial estável e de uma infra-estrutura básica, principalmente no que se refere ao aproveitamento dos recursos naturais existentes no país e do desenvolvimento dos meios de transportes.

2.2 DESENVOLVIMENTO DAS MANUFATURAS E OS BENEFÍCIOS PARA A NAÇÃO

List escreve durante o século XIX, neste período o comércio mundial era composto por produtos agrícolas, matérias primas e produtos manufaturados, este último exportados principalmente pela Inglaterra que detinha o monopólio da manufatura, o que dificultava o desenvolvimento industrial do restante da Europa. A teoria de List, demonstra as vantagens para o desenvolvimento nacional, principalmente da Alemanha através da expansão da atividade manufatureira.

Para ele, os países que dedicam-se principalmente a produção de gêneros agrícolas dificilmente alcançarão o mesmo grau de desenvolvimento dos países manufatureiros; tal fato decorre da própria natureza da agricultura, pois, o agricultor consome praticamente tudo que produz e sua produção não está diretamente relacionada ao mercado; em sua maioria vivem praticamente isolados e com pouca educação. Não possuem uma consciência política capaz de gerar poder de decisão e isso implica na pouca participação da maior parte da população nas decisões políticas. Os recursos naturais são inaproveitados, visto que na agricultura os recursos hídricos e minerais não são utilizados, pois dependem quase que exclusivamente da natureza para a produção agrícola.

Segundo List, em um país manufatureiro grande parte da população vive em centros urbanos e tudo o que necessitam precisam buscar no mercado, isso por que consomem uma pequena parte do que produzem. O intercâmbio comercial é vital para o funcionamento da manufatura. A própria dinâmica do mercado estimula e obriga o aperfeiçoamento dos métodos

de produção, obriga também o manufator a acompanhar e tomar decisões de acordo com o custo dos salários, preços de matérias primas e dos bens, preço do dinheiro etc.

“(...) o manufator está sempre comprando e vendendo fazendo trocas e negócios vantajosos. Em toda parte tem que tratar com pessoas, tem que haver-se com circunstâncias que mudam a todo o momento, tem que defrontar-se com leis e regulamentos, tem cem vezes mais oportunidades do que o agricultor para desenvolver a inteligência. Para qualificar-se na condução de seus negócios precisa familiarizar-se com pessoas e países estrangeiros; para firmar seu negócio, precisa dispende esforços fora do comum. Enquanto o agricultor trata somente com seus vizinhos, o comércio do manufator estende-se a todos os países e todos os recantos do mundo. O desejo de conquistar respeito dos cidadãos seus semelhantes e de mante-lo, e a concorrência contínua de seus rivais constituem para ele forte estímulo a atividade e ao progresso incessante” (LIST, 1986:138)

O espaço em que se desenvolve a manufatura, estimula também o desenvolvimento das artes, da ciência, da política e da educação. Isso deve-se a proximidade em que os indivíduos convivem, possibilitado pelo desenvolvimento das manufaturas nos centros urbanos. A concorrência existente tanto pelo manufator quanto pelo trabalhador impulsiona a qualificação da mão da obra e o aprimoramento da produção. A formação do mercado interno também é fundamental para o desenvolvimento da manufatura, tanto para atender a demanda por mão de obra e matérias primas como para a formação do mercado consumidor para os produtos manufaturados.

O melhoramento técnico e o desenvolvimento da ciência em um país manufatureiro auxilia também o desenvolvimento da agricultura, através de melhoramentos nas condições do solo, das máquinas, dos instrumentos agrícolas e também na qualificação da mão de obra empregada na agricultura.

Segundo List, o aumento da demanda por produtos agrícolas gerado pelo desenvolvimento da manufatura, faz aumentar também a produtividade e o montante de capital investido no setor agrícola, o que resulta em um aumento tanto no valor da terra quanto na renda obtida dela. Isso deve-se ao aumento da produção decorrente do crescimento da

demanda de matérias primas e gêneros agrícolas pela manufatura, o que implica em um maior uso de mão de obra no setor agrícola, refletindo em um acréscimo na renda deste setor. O desenvolvimento da agricultura em conjunto com o setor manufatureiro possibilita assegurar o comércio do excedente agrícola através das melhorias dos meios de transportes e da formação de estoques, além da possibilidade de dedicar-se à produção de gêneros agrícolas nos quais o país possui vantagens naturais.

As perdas geradas pela não implantação da manufatura será maior em países que possuam a capacidade de produzir matérias primas e com recursos naturais e minerais que possam ser aproveitados na produção de produtos manufaturados, principalmente pelo não aproveitamento dos recursos existentes.

“A força agrícola de produção é tanto maior, quanto mais intimamente uma capacidade manufatureira, desenvolvida em todos os ramos, estiver unida local, comercial e politicamente à agricultura. Na proporção em que a capacidade manufatureira for assim desenvolvida, também se desenvolverão a divisão das operações comerciais e a cooperação de forças produtivas na agricultura, atingindo o mais alto estágio de perfeição. Por conseguinte, possuirá mais força produtiva, e consequentemente será mais rica a nação que tiver cultivado a atividade manufatureira em todos os setores dentro do seu território no máximo grau de perfeição, cujo território e produção agrícola forem suficientemente grandes para fornecer à sua população manufatureira a maior parte dos artigos de primeira necessidade e as matérias-primas de que a nação carece.”
(LIST,1986:109)

Segundo List (1986:161) o “aumento do capital agrícola torna-se possível em grande escala se for de forma regular e contínua em conjunto com o desenvolvimento manufatureiro”, isso por que o excedente de capital proveniente da comercialização dos produtos agrícolas no mercado externo é suscetível a constantes variações; somente o desenvolvimento da demanda por esses produtos no mercado interno, originada pelo desenvolvimento manufatureiro é capaz de gerar a continuidade e regularidade exigida.

De acordo com List (1986:201) “os países que dedicam-se apenas a produção de produtos agrícolas tornam-se dependentes do comércio internacional e principalmente dos

países produtores de manufaturados”, isso porque dependem dos países importadores de seus produtos para definirem sua produção e esses importam somente o suficiente para suprirem suas necessidades, além de poderem optar devido ao seu grande comércio externo, em comprar de outros países agrícolas que concorrem no mercado internacional.

Os países exportadores de produtos agrícolas tornam-se vulneráveis a qualquer interrupção no comércio internacional, seja por crises, guerras ou restrições de qualquer ordem, por não encontrarem mercado para vender seus excedentes e não terem como importar os artigos manufaturados dos quais necessitam.

“Tal condição de dependência demonstra-se ainda mais deplorável, se considerarmos que essas nações perdem, em tempos de guerra, as possibilidades de vender seus produtos agrícolas, e com isso a possibilidade de comprar os produtos manufaturados estrangeiros. Em tais épocas, colocam-se em segundo plano as considerações e todos os sistemas econômicos. É o princípio da auto-defesa e da auto-subsistência, que aconselha a as nações a transformarem seus próprios produtos agrícolas e a dispensar os manufaturados oferecidos pelos inimigos”. (LIST,1986:201)

O desenvolvimento do setor manufatureiro e do mercado interno tornam-se extremamente importantes, tanto para atender a demanda por produtos manufaturados como para a formação mercado consumidor para o excedente da produção agrícola, reduzindo desta forma o grau de dependência do país com relação ao mercado externo.

” Uma nação agrícola é como um indivíduo com um braço só, que faz uso de um braço estrangeiro, mas não tem a garantia de poder dispor dele sempre; ao passo que uma nação agromanufatureira é um indivíduo que tem dois braços próprios sempre a seu dispor.” (LIST,1986:127)

Os países que comercializam no mercado internacional principalmente produtos agrícolas em troca de produtos manufaturados têm constantes desequilíbrios na balança comercial, isso por que as importações geralmente superam as exportações. Além disso, em muitos casos, as importações não podem ser pagas com produtos agrícolas, levando então esses países a contraírem dívidas com os países produtores de manufaturados ou a recorrerem

à empréstimos externos para equilibrar a balança comercial, o que afeta diretamente o sistema de crédito e o mercado monetário interno.

As flutuações do mercado monetário acarretam prejuízos para a economia nacional, por influenciarem diretamente o sistema de crédito e os investimentos. O equilíbrio na balança comercial e a menor suscetibilidade do país às flutuações no mercado monetário, só é possível através de um sistema bancário sólido e do desenvolvimento da manufatura e da agricultura para possibilitar a autonomia nacional.

2.3 O USO DE POLÍTICAS PROTECIONISTAS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Os períodos de guerra criam sistemas proibitivos compulsórios devido a interrupção do comércio e a impossibilidade de adquirir produtos manufaturados no comércio internacional, obrigando os países a produzirem internamente o que antes era importado. Nos períodos pós guerra a exposição à concorrência externa seria prejudicial aos setores industriais nacionais que surgiram durante o período de guerra, exigindo portanto, a adoção de políticas protecionistas.

As taxas protecionistas foram criadas principalmente para manter a continuidade no desenvolvimento industrial nacional, visto que a estagnação ou a interrupção em seu desenvolvimento acarretam grandes prejuízos, principalmente para os setores que exigem grandes somas de capitais para serem implantados. O desenvolvimento industrial deve ser gradual e contínuo, o que torna-se impossível diante da concorrência com países aonde a indústria é mais desenvolvida.

Adam Smith admite o protecionismo apenas em três situações: como represália no caso de uma nação estrangeira impor restrições às importações nacionais, para defesa da nação caso o regime de livre concorrência impossibilite o desenvolvimento da indústria necessária à

defesa nacional e como um meio de equilíbrio caso as taxas aduaneiras impostas a artigos estrangeiros sejam inferiores as vigentes para os produtos nativos.

As medidas protecionistas são contestadas pela teoria clássica, pois esta considera os interesses individuais como os interesses da nação, sendo assim, ao buscarem alcançar seus objetivos e atenderem seus interesses individualmente estes estarão atendendo também aos interesses da nação. De acordo com esse princípio, o protecionismo interfere na liberdade individual na medida em que o Estado intervém na economia.

De acordo com a teoria clássica, que coloca-se em posição contrária à utilização de medidas protecionista, por representarem prejuízos aos consumidores e serem ineficazes, tais medidas implicam também em uma limitação na liberdade individual. Segundo Smith:

“Outorgar o monopólio do mercado interno ao produto da atividade nacional, em qualquer arte ou ofício, eqüivale de certo modo, a orientar pessoas particulares sobre como devem empregar seus capitais- o que em quase todos os casos, representa uma norma inútil, ou danosa. Se os produtos fabricados no país podem ser comprados tão barato quanto os importados, a medida é evidentemente inútil. Se, porém, o preço do produto nacional for mais elevado que o importado, a norma é necessariamente prejudicial. Todo pai de família prudente tem como princípio jamais tentar fazer em casa aquilo que custa mais fabricar do que comprar. O alfaiate não tenta fazer seus próprios sapatos, compra-os do sapateiro. O sapateiro não tenta fazer suas próprias roupas, e sim utiliza os serviços de um alfaiate. O que é prudente na conduta de qualquer família particular dificilmente será insensatez na conduta de um grande reino. Se um país estrangeiro estiver em condições de nos fornecer uma mercadoria a preço mais baixo do que a mercadoria fabricado por nós mesmos, é melhor comprá-la.”
(SMITH,1996:438)

Quanto a isto List, argumenta sobre a necessidade de diferenciar entre a economia privada ou dos indivíduos e a economia nacional, pois o que pode não ser benéfico para o indivíduo pode beneficiar a nação.

“(...) o Estado não somente tem o direito, mas também o dever de impor certas normas e restrições ao comércio (o que é, em si, inofensivo), na salvaguarda dos interesses superiores da nação. Com proibições e as taxas protecionistas, o Estado não orienta os indivíduos sobre como empregar suas forças produtivas e seu capital (como alega sofisticadamente a escola popular); não diz a um “deves investir teu dinheiro na construção de um navio, ou na implantação de uma manufatura”, ou ao outro “deves ser capitão naval ou um engenheiro civil”; o Estado deixa a critério de cada indivíduo como e onde investir seu capital. Diz apenas: É vantajoso para a nossa nação que nós mesmos produzamos esses ou aqueles artigos; mas, já que pela livre concorrência com países estrangeiros jamais poderemos obter essa vantagem, impusemos restrições a tal concorrência, pois em nosso ponto de vista é necessário proporcionar àqueles nossos concidadãos que investem seu capital nesses nossos setores da indústria e àqueles que consagram suas forças corporais e intelectuais a isso, as necessárias garantias de que não perderão seu capital e não falharão à sua vocação na vida; além de consideramos oportuno estimular os estrangeiros a emigrar para nosso país, trazendo suas forças produtivas”. Dessa forma, o Estado não impõe restrição alguma ao trabalho privado; pelo contrário, assegura um campo maior e mais amplo de atividade aos recursos pessoais, financeiros e naturais. Com isso, o Estado não faz uma coisa que cidadãos individuais poderiam compreender e sobre fazer melhor que ele; pelo contrário, faz algo que os indivíduos como tais não seriam capazes de fazer, mesmo que soubessem fazê-lo.” (LIST:1986,118)

O Estado porém, interfere em diversos âmbitos da sociedade, como por exemplo na segurança pública que visa coagir atos que causam prejuízos à propriedade e à pessoa, tendo como fundamento a liberdade individual. No entanto, segundo List (1986:120), *“em muitos casos no que tange ao caráter comercial e industrial, o Estado tem o direito de intervir visando salvaguardar os interesses nacionais”*. Dessa forma, não age contra a liberdade individual mas a favorece, visto que a concorrência desigual no livre mercado acarreta entraves ao desenvolvimento industrial, portanto, é prejudicial também aos interesses individuais.

As taxas protecionistas impõem o surgimento de monopólios no mercado interno, que segundo a escola clássica acarretam prejuízos para os consumidores nacionais. Quanto a isso,

List afirma que a existência de monopólios nacionais em um primeiro momento não é prejudicial à nação. Na medida, em que as forças produtivas nacionais forem sendo desenvolvidas, vão resultar em um aumento gradual da concorrência no mercado interno, o que vai possibilitar produzir a um preço mais baixo do que no mercado externo, portanto, os preços altos em um primeiro momento tendem a baixar gerando benefícios a nação, além de favorecer a autonomia nacional. Segundo List:

“Não é nem um privilégio que beneficia exclusivamente os produtores, nem um privilégio que prejudica exclusivamente os consumidores; pois, se os produtores de início obtêm preços mais altos, em compensação assumem maiores riscos, tendo que arcar com aquelas perdas e sacrifícios consideráveis que estão ligados a toda fase inicial da atividade manufatureira. Mas os consumidores tem amplas garantias de que esses lucros extraordinários não atingirão limites absurdos ou não se tornarão perpétuos, pela competição interna que virá mais tarde, competição essa que, via de regra, sempre abaixa os preços a níveis inferiores aos vigentes em regime de livre concorrência dos estrangeiros” (LIST, 1986:119)

Diante da ameaça dos monopólios e seus preços altos, List argumenta que os benefícios gerados à nação pelo desenvolvimento da manufatura será maior do que os supostos prejuízos causados e mesmo que esses prejuízos ocorram em um primeiro momento, os monopólios não serão mantidos por um longo período. O desenvolvimento da indústria nacional e o aumento da concorrência interna vão resultar em uma redução dos preços.

List argumenta ainda, que o surgimento de monopólios é intrínseco ao desenvolvimento industrial e isso justifica o uso de medidas protecionistas para proteger a indústria nacional, posto que o monopólio internacional resulta em maiores prejuízos para a nação do que as taxas protecionistas.

“Em todo o caso, a luta pelo monopólio faz parte da própria natureza da indústria manufatureira. Esse fato tende a justificar, e não a desacreditar, uma política protecionista. Efetivamente, essa tendência, quando restrita ao mercado interno, visa conseguir preços mais baixos e aperfeiçoamentos nos métodos e processos de produção, aumentando consequentemente a prosperidade nacional; ao passo que a mesma tendência, se

pressionar de fora com força esmagadora sobre a indústria nacional provocará a interrupção do trabalho e a falência da indústria nacional” (LIST,1986:200)

O protecionismo afeta de maneira diferenciada os produtos agrícolas e produtos manufaturados; em relação aos primeiros, a imposição de restrições à livre comercialização é prejudicial ao país, porque ao dedicar-se a produção de bens em situações climáticas ou de solo não apropriados, tornam os produtos mais caros e podem desviar também capital e mão de obra que deveriam ser melhores utilizados na produção de outras mercadorias em condições mais favoráveis. Sendo assim, o protecionismo na agricultura é prejudicial a implantação da manufatura e o país corre o risco ainda de ter seus produtos também restritos em outros países.

É preciso porém, considerar os setores agrícolas que requerem o apoio do Estado, setores esses que se destinam à atender os mercados regionais e que não atuam no mercado internacional, mas que tem sua importância para o desenvolvimento econômico em regiões definidas dentro da nação.

As políticas protecionistas que visam promover o desenvolvimento da indústria tendem a beneficiar a agricultura, isto porque as indústrias necessitam do livre comércio somente para matérias primas e produtos agrícolas. As medidas restritivas e protecionistas também orientam e favorecem os investimentos em determinados setores em favor da economia nacional.

Para List, nem todos os setores da economia devem ter o mesmo grau de proteção. Devem ser protegidos os setores que requerem grande soma de capital para sua implantação, sendo estes os setores de primeira necessidade que influenciam a autonomia nacional. Os outros setores da economia acompanharão o crescimento desses setores mais dinâmicos.

Os setores que produzem artigos de luxo não devem ser protegidos, pois necessitam de alto grau de qualificação e habilidades técnicas para serem produzidos, portanto, esses artigos deverão continuar a serem importados, visto que a interrupção na comercialização desses artigos não causa prejuízos ao país .

As importações de maquinarias mais complexas devem ser livres, até que existam possibilidades de produzi-las com eficiência internamente. O Estado deve apoiar e estimular o desenvolvimento desses setores. Segundo List, as fábricas de máquinas são as “manufadoras de fábricas”, por essa razão a imposição de restrições às importações de maquinarias estrangeiras representam uma restrição à força manufatureira interna.

As formas de proteger as manufaturas nacionais podem ocorrer através da proibição sistemática à importação de determinados artigos manufaturados ou através da imposição de taxas tão altas que equívalem a proibição. Os setores à serem protegidos devem ter taxas pequenas no início e aumentar gradualmente, sendo que essas taxas devem ser aplicadas somente sobre produtos manufaturados e não sobre produtos agrícolas. Segundo List, não é possível determinar teoricamente o grau necessário para proteger determinados setores industriais, isso vai depender das condições específicas de cada país e de seu grau de desenvolvimento.

“(...) o protecionismo só traz benefícios para a prosperidade da nação na medida em que corresponder ao grau de desenvolvimento industrial da respectiva nação. Todo protecionismo exagerado é nocivo; as nações só podem chegar a possuir uma grande força manufatureira gradualmente. “
(LIST,1986:218)

As taxas protecionistas agem como estimulantes para setores da indústria em que o país tem condições de desenvolver, condições essas definidas pelo grau de desenvolvimento da indústria, disponibilidade de matérias primas, a existência de recursos naturais, e a possibilidade de atrair capitais nacionais e estrangeiros para estes setores.

As restrições comerciais servem principalmente para proteger as indústrias nascentes, que devem ser protegidas de forma parcial e limitada até que estas estejam prontas para competir em condições de igualdade no mercado internacional. A manutenção das taxas protecionistas além do período necessário para o desenvolvimento dessas indústrias, tornam-se um obstáculo para o desenvolvimento contínuo e desestimulam a busca pela competitividade.

“As medidas protecionistas só se justificam com o intuito de fomentar e proteger a força manufatureira interna, e somente no caso de nações que, por possuírem território extenso e uniforme, população numerosa, recursos naturais abundantes, agricultura em estágio avançado e elevado grau de civilização e de desenvolvimento político, tiverem capacidade de competir com grandes nações agrícolas, manufatureiras e comerciais e com as maiores potências navais e militares”.(LIST,1986:207)

Para países que não possuem potencial para o desenvolvimento da indústria, ou seja, baixo grau de desenvolvimento na agricultura, uma pequena população, mão de obra não qualificada, território restrito e a não existência de recursos naturais destinados a produção industrial, além de fatores sociais e políticos, o uso de políticas protecionistas são prejudiciais à economia nacional. Isso ocorre porque esses países não possuem condições de produzir internamente produtos manufaturados.

List, porém, não especifica claramente os países nos quais a utilização de medidas protecionistas são prejudiciais ao desenvolvimento, fazendo apenas considerações para países pequenos que não possuem “potencial” para o desenvolvimento industrial (como o caso da Suíça). O principal argumento se refere ao tamanho do mercado interno, posto a dificuldade quanto a formação deste em países pequenos e tendo em vista sua importância tanto para suprir a demanda interna de matérias primas, quanto para absorver a oferta de produtos manufaturados.

Para países considerados pequenos (no que refere-se a sua extensão territorial e populacional), o protecionismo tende a isolá-los no mercado internacional por excluir rapidamente a concorrência externa, portanto, tornando-se prejudicial. Para List, esses países sem condições de desenvolver o setor industrial interno, devem unir-se à outros países através das chamadas “uniões aduaneiras”.

Os países que possuem condições de utilizar-se de medidas protecionistas como instrumento de fomento ao setor industrial, definidos através de fatores naturais (grande extensão territorial e a existência de recursos naturais), fatores sociais (desenvolvimento da cultura, da educação e da política), bem como o setor agrícola em elevado grau de

desenvolvimento e também a existência de uma população numerosa, ou seja, um grande mercado consumidor para os produtos manufaturados e com grande oferta de mão de obra. Levando-se em consideração todos esses fatores, o uso de medidas protecionistas conduzirá ao desenvolvimento industrial qualquer país considerado atrasado. Observa-se, porém, que List assume uma postura “colonialista”, ao considerar que apenas os países europeus como Portugal, França e principalmente a Alemanha além dos Estados Unidos da América, possuem os requisitos necessários para o desenvolvimento industrial.

Quanto aos países da América Central e da América do Sul e os países asiáticos, List considera que esses países não possuem condições de se desenvolverem industrialmente, sendo avaliados apenas como mercado consumidor para produtos manufaturados e como fornecedores de matérias primas e produtos agrícolas.

“ Na medida em que os produtos dos climas tropicais são pagos sobretudo com produtos manufaturados dos climas temperados, e portanto o consumo dos primeiros depende das vendas destes últimos, toda nação manufatureira deve procurar estabelecer intercâmbio direto com os países tropicais. ” (LIST,1986:278)

A teoria de List no que se refere ao desenvolvimento dos países da América Central e América do Sul, demonstra sobretudo o sentimento de superioridade da Europa, excluindo-se porém os Estados Unidos da América. Quanto a isso List escreve:

“Os países da América Central e do Sul, incluindo o Texas, são na grande maioria adequados para o cultivo de produtos coloniais. Jamais poderão progredir muito na atividade manufatureira. Aqui, sim, há um grande e rico mercado de manufaturados a ser conquistado; quem conseguir estabelecer relações comerciais aqui, poderá manter a posse delas para sempre. Esses países, desprovidos de suficiente força moral própria para atingir alto estágio de civilização, para implantar bons sistemas de governo e dotá-los de estabilidade, chegarão sempre mais à convicção de que devem ser ajudados de fora, ou seja pela imigração. ” (LIST,1986:287)

Em alguns países da América do Sul, entre eles o Brasil, não existe nenhum fator natural que impossibilite o desenvolvimento da manufatura, visto a grande extensão territorial

desses países, o grau de desenvolvimento agrícola, além de serem ricos em recursos naturais e minerais e de possuírem um grande mercado interno.

Quanto aos pequenos países que formam a América Central, as uniões aduaneiras tornam-se uma alternativa para possibilitar o desenvolvimento industrial, através da expansão do mercado tanto para o consumo de produtos manufaturados como pelo aumento da capacidade para atender a demanda da indústria. Esta possibilidade é prevista na teoria List, porém este não explica porque não pode ser utilizada por esses países.

A teoria de List é construída no sentido de auxiliar o desenvolvimento de países nos quais exista recursos naturais e condições para o desenvolvimento industrial, impedidos apenas por razões econômicas, no entanto, List assume que esses países devem ser eternamente subordinados aos países mais desenvolvidos, exportando apenas produtos coloniais e sendo grandes importadores de manufaturados, contradizendo desta forma sua própria teoria.

A impossibilidade de desenvolvimento industrial para esses países, segundo List repousa no fato de não terem desenvolvido condições políticas e culturais que possibilitem a formação de um setor manufatureiro importante. No que diz respeito a organização social e política nos países da América do Sul e Central, organização essa necessária para a formação do setor industrial, List argumenta que esses países jamais terão “força moral” para se desenvolverem. Supondo que somente através da imigração isso seria possível, porém, esse argumento torna-se injustificável, seja pela imigração ou pelo desenvolvimento cultural desses países, o desenvolvimento da manufatura auxilia o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes e da política

O argumento de List sobre a inexistência de “forma moral” nos países da América Central e da América do Sul, principalmente em países como o Brasil, que possuem todas as condições para o desenvolvimento industrial, leva a reflexão sobre este argumento e uma busca das razões pelas quais esses países continuam a ser historicamente atrasados com relação aos países europeus e aos Estados Unidos da América.

2.4 AS RAZÕES DA HEGEMONIA INDUSTRIAL E COMERCIAL INGLESA

Para a formulação de sua teoria, List dedicou-se ao estudo das políticas utilizadas pelas principais economias de sua época. A Inglaterra consolidava-se como a grande nação manufatureira e comercial do século XIX, Portugal e Espanha enriqueciam graças ao descobrimento e exploração de colônias na América do Sul.

A Inglaterra desenvolveu sua agricultura e sua indústria à partir do século X, mas foi com o desenvolvimento da indústria têxtil (o principal produto de exportação) durante o século XIX que alcançou a hegemonia industrial e comercial. Estimulada pelo seu intenso comércio externo, a Inglaterra supria quase toda a demanda internacional durante o século XIX de tecidos, e contava para isso com o apoio do governo através da adoção de medidas protecionistas⁶. Segundo List (1986:32) “ *a fonte e origem da grandeza industrial e comercial da Inglaterra deve ser identificada sobretudo na criação de ovelhas e manufatura da lã* “.

A dinâmica da indústria têxtil (sendo esta a base da indústria inglesa), estimulou o desenvolvimento de setores industriais importantes para a economia inglesa, como por exemplo, a produção de vidro, papel e a metalurgia, além de atrair mão de obra qualificada e capital manufatureiro externo graças ao protecionismo adotado, proibindo a importação de produtos manufaturados que poderiam ser produzidos internamente.

“Foi ao redor da indústria de lã da Inglaterra que cresceram e se desenvolveram todos os outros setores manufatureiros como em torno de um tronco comum; assim sendo, a indústria de lã constituiu a base da grandeza da Inglaterra no tocante à indústria, ao comércio e ao poderio naval.” (LIST, 1986:33)

A adoção das Leis da Navegação resultou na proibição da importação de navios e o estimulou à produção naval interna, o que definiu a supremacia comercial inglesa. Segundo

⁶ As primeiras medidas protecionistas adotadas pela Inglaterra foram impostas pela Rainha Isabel e Carlos I no século XIV.

List, as Leis da Navegação favoreceram também a hegemonia industrial inglesa, suas principais consequências podem ser assim resumidas:

- Expansão do comércio inglês com todos os reinos nórdicos, com a Alemanha e Bélgica (exportação de bens manufaturados e importação de matérias primas);
- Expansão do comércio de contrabando com a Espanha e Portugal e com suas colônias nas Índias Ocidentais;
- Grande aumento, para a Inglaterra da pesca de arenque e da baleia, atividade que antes era quase inteiramente monopolizada pela Holanda;
- A conquista da mais importante colônia inglesa (Jamaica em 1655) e o comando sobre o comércio açucareiro da Índias Ocidentais;

A Espanha desenvolvia sua agricultura e indústria desde o século X, principalmente os setores de fabricação de armas e de papel como também a indústria têxtil, mas a descoberta de fontes “inesgotáveis” de metais preciosos em suas colônias na América tornaram-se a fonte da estagnação e da destruição da indústria nacional espanhola, devido a facilidade para importar produtos manufaturados.

O Tratado de Methuen , firmado entre a Inglaterra e Portugal em 1703, foi definitivo na destruição das manufaturas portuguesas, visto que proporcionou grande quantidade de produtos manufaturados no mercado interno português, os quais eram pagos através dos metais preciosos que vinham de sua colônia na América do Sul (Brasil). De acordo com esse tratado, Portugal passa a comprar eternamente as manufaturas têxteis inglesas, em troca a Inglaterra passa a comprar vinhos portugueses, o que provocou a ruína da indústria têxtil portuguesa, beneficiando a Inglaterra. O Tratado de Methuen foi revogado em 1842, porém o setor industrial português levou longo tempo para se recompor.

“Por força deste Tratado, os holandeses e os alemães foram totalmente excluídos do importante comércio com Portugal e sua colônias: Portugal caiu em dependência total da Inglaterra, ao passo que a Inglaterra, por meio do ouro e da prata ganhos em seu comércio com Portugal e suas colônias, conseguiu ampliar enormemente seu próprio comércio com a China e as Índias

Orientais, lançando assim os fundamentos de seu império nas Índias, e roubando da Holanda seus mais importantes postos de comércio.” (LIST,1986:35)

A Inglaterra foi o país que beneficiou-se com a descoberta de metais preciosos nas colônias espanholas e portuguesa na América, visto que esses metais eram enviados para a Inglaterra em pagamento de produtos manufaturados exportados para Portugal e Espanha.

Os metais preciosos advindos sobretudo da Espanha e Portugal, possibilitaram a Inglaterra manter importante comércio com as Índias, (que ofereciam somente tecidos finos para a exportação, visto que conseguiam produzir com baixos custos), por essa razão a Inglaterra atuou como intermediário para a venda desses produtos para outros países europeus, porém, proibia a importação desses produtos para o mercado interno inglês, mantendo sua política de “exportar produtos manufaturados e importar produtos agrícolas e matéria prima”.

“ De bom grado, porém, haveriam de fornecer aos países do continente europeu os tecidos bem mais finos da Índia, a preços mais baixos, cedendo as esses países todos os benefícios desses preços baixos; para si mesmos , os ingleses não queriam esses artigos” (LIST,1986: 36) .

As riquezas auferidas rapidamente pela Espanha e Portugal devido ao descobrimento de colônias não foram destinadas ao desenvolvimento interno, transformando-se em uma riqueza ilusória, visto que importavam produtos manufaturados da Inglaterra, incorrendo em déficit no balanço de pagamento, por essa razão o pagamento era feito com metais preciosos derivados de suas colônias. Os produtos manufaturados consumidos nas colônias e nas metrópoles eram ingleses e os metais preciosos eram exportados para a Inglaterra em pagamentos destes produtos, destruindo desta forma a força produtiva nacional e transformando os trabalhadores espanhóis e portugueses em “traficantes de escravos e tiranos coloniais”. Quanto a isto List escreve:

“Contudo, foi apenas a riqueza de um esbanjador que ganhou o prêmio em uma loteria, ao passo que a riqueza dos ingleses pode ser comparada à fortuna acumulada por um chefe de família trabalhador e econômico. O primeiro pode, à primeira vista,

parecer mais invejável que o segundo, pela prodigalidade em gastar e pelo luxo que demonstra; ocorre que a riqueza nesse caso, é apenas um meio de prodigalidade e prazer momentâneo, ao passo que o segundo tipo de rico há de considerar a riqueza sobretudo como um meio de colocar as bases para o bem-estar moral e material de sua remota descendência” (LIST,1986:45)

A união social e política interna na Inglaterra, bem como sua posição geográfica foram elementos que também favoreceram ao desenvolvimento industrial, visto que beneficiou-se dos conflitos internos em outros países europeus⁷, na medida em que exportava produtos manufaturados a esses países que devido a esses conflitos não conseguiam desenvolver suas indústrias nacionais. A Inglaterra extraiu de outros países europeus habilidades em setores específicos através da internacionalização de forças produtivas necessárias a indústria (mão de obra qualificada e capital manufatureiro).⁸

O liberalismo imposto pela Inglaterra aos outros países, durante o século XIX, no que se referia à importação de matérias primas e em seus mercados internos, foram fatores fundamentais para sua hegemonia, na medida em que pressionava a não industrialização dos outros países e tornava-os fornecedores das matérias primas das quais necessitava e também como mercado para os produtos manufaturados ingleses.

A posição da Inglaterra em eliminar o protecionismo em outros países devia-se ao interesse de torná-los “clientes” para os produtos manufaturados ingleses, porém, o protecionismo inglês através de impostos sobre o trigo, produtos agrícolas e matérias primas era prejudicial à força manufatura inglesa, visto que resultavam em um aumento tanto nos custos dos salários como dos preços dos produtos manufaturados.

⁷ As vantagens auferidas pela Inglaterra durante as guerras do continente europeu, devem-se aos destacamentos de soldados mantidos por ela. Tudo que os soldados gastavam ou consumiam durante a guerra era enviado em forma de manufaturados ingleses ao local do conflito. Assim, esses artigos importados contribuíram materialmente para destruir as manufaturas estrangeiras e conquistar mercado para os produtos ingleses, funcionando como um subsídio às exportações inglesas.

⁸ A Inglaterra tornou-se destino para artesãos protestantes expulsos da Bélgica e da França por Felipe II e Luis XIV, trazendo para solo inglês tanto capital para ser empregado no desenvolvimento manufatureiro como mão de obra qualificada para isso.

A luta entre os proprietários de terra que lucravam com o proteccionismo e a classe industrial, demonstrou os diferentes interesses existentes na Inglaterra. A abolição da Lei do Trigo respondia aos interesses da manufatura inglesa, porque possibilitava a redução nos custos da matéria prima para os manufaturados e implicava em uma redução dos salários, além de induzir outros países a reduzirem as restrições à importação de manufaturados ingleses. Quanto a isso Engels, escreve como a Inglaterra manteve-se como a maior nação manufatureira do século XIX:

“Amparada por estos aranceles protectores, nació y se desarrolló en Inglaterra, em la tercera parte del siglo XVIII, la gran industria moderna, la producción movida por la maquinaria y la fuerza de vapor. Y, como si no bastara el proteccionismo usual, se echó mano de las guerra contra la Revolución francesa, para asegurar a Inglaterra el monopolio de los nuevos métodos industriales. Durante más de veinte años, los barcos de guerra inglesa alejaron a los rivales industriales de Inglaterra de sus mercados coloniales respectivos, a la par que abrían violentamente estos mercados al comercio inglés. La amputación de las colonias sub-americanas de sus metrópolis europeas, la conquista por Inglaterra de los mercados franceses y holandeses más importantes y el gradual sojuzgamiento de la India fueron convirtiendo , así el proteccionismo implantado dentro del país con libre cambio impuesto al extranjero, allí donde tenía ocasión de hacerli. Gracias a esta mezcla de ambos sistemas, se encontró al final de la guerra de 1815 en posesión del monopolio efectivo de comercio mundial, por lo menos en todas las industrias decisivas. Este monopolio foi desarrollado y fortalecido durante los años que se siguieron e creciendo de año en año, Y, em realidad, la exportación de productos industriales em cantidades cada vez mayores era cuestión de vida e muerte para Inglaterra. Sólo dos obstáculos parecían interponerse em su camino: las prohibiciones de importación y los aranceles protectores de otros países y los impuestos de importación sobre las materias primas y los víveres em Inglaterra.” (ENGELS, 1848:555).

O único empecilho à manutenção do monopólio da Inglaterra era a possibilidade de adoção de políticas protecionistas por outros países, restringindo desta forma as exportações de manufaturados ingleses. Os impostos sobre as matérias primas e produtos agrícolas importados pela Inglaterra causava prejuízos ao desenvolvimento da manufatura ingleses,

visto que, tornava mais alto os custos para a produção de manufaturados, principalmente no que dizia respeito aos produtos agrícolas, produtos esses compunham os salários dos trabalhadores. Por essas razões, a Inglaterra levantava a bandeira em favor do livre comércio “para os outros países” e desde que fosse apenas para produtos agrícolas e matérias primas das quais necessitava e não para produtos manufaturados produzidos internamente e exportados a outros países.

CAPÍTULO 3

A TEORIA DO LIVRE COMÉRCIO :

O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN-SAMUELSON

A análise da economia internacional parte do pressuposto de que os países participam do mercado internacional devido às diferenças existentes entre eles, sendo que cada um participa buscando beneficiar-se dessas diferenças. As diferenças resultam em vantagens ou capacidades que os países possuem, o que leva a um arranjo internacional em que cada um produz os bens nos quais é mais eficiente. As vantagens que cada país possui em relação aos outros, possibilita estes produzir uma determinada variedade de bens, podendo produzi-los em uma escala maior, o que resulta em custos mais baixos.

Das principais contribuições recentes à Teoria do Comércio Internacional, o modelo de trocas com proporções variáveis de fatores desenvolvido por Eli Heckscher e Bertil Ohlin (1933) é uma das mais importantes. Em 1976 o economista Paul Samuelson conseguiu comprovar o teorema de equalização de fatores e o modelo passou a ser conhecido como o teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson ou H-O-S⁹.

Esse modelo simplificado de comércio internacional diz respeito aos padrões de exportação e importação através do conceito de dotações de fatores. Apesar de partir de hipóteses simplificadoras, o modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson demonstra o pensamento da teoria convencional sobre o comércio internacional e as supostas vantagens do comércio internacional livre.

⁹ A contribuição de Samuelson e Stolper ao modelo de Heckscher-Ohlin, refere-se ao estudo que sob às condições especiais deste modelo, o mercado internacional torna-se não apenas um substituto parcial a mobilidade do trabalho e de outros fatores de produção, mas um substituto completo, sendo portanto sob condições de livre mercado entre os países que comercializam a igualização completa, tanto relativa como absoluta nos preços dos fatores de produção.

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson difere da teoria de Ricardo com relação ao comércio internacional, por considerar as vantagens comparativas decorrentes da abundância na dotação de fatores de cada país, e não das vantagens comparativas obtidas através da produtividade da mão de obra, rompendo desta forma com o conceito de valor-trabalho (visto que, na teoria clássica o trabalho é o único fator de produção e este é dotado de perfeita mobilidade).

3.1 TEORIA RICARDIANA E AS VANTAGENS COMPARATIVAS

Segundo Ricardo, o comércio internacional não implica necessariamente em um aumento da riqueza interna, resulta apenas em um aumento da satisfação nacional, na medida em que possibilita uma maior variedade de produtos à custos mais baixos resultante das importações.

O aumento das exportações por si só não é capaz de aumentar a acumulação de capital, isso porque a princípio, troca-se a mesma quantidade de trabalho. Segundo Ricardo, mesmo que exista uma taxa de lucro acima da média para um determinado setor voltado ao mercado externo, isso não ocorrerá de forma contínua devido a entrada de novos capitais atraídos pela taxa considerada mais alta do que “*taxa normal de lucros*”, mesmo com a possibilidade de importar mercadorias mais baratas do que a produção nacional, isso não resultará em um aumento na taxa de lucros, apesar de beneficiar o país. Isso apenas resulta em um aumento na quantidade e na diversidade de mercadorias, além de estimular a poupança interna devido aos preços mais baixos.

“Nenhuma ampliação do comércio exterior aumentará imediatamente o montantes do valor em um país, embora contribua poderosamente para ampliar o volume de mercadorias, e portanto, a soma de satisfações. Como o valor de todos os bens estrangeiros é medido pela quantidade de produtos de nossa terra e de nosso trabalho dados em troca deles, não obteríamos mais valor se, pela descoberta de novos mercados, conseguíssemos duplicar os bens estrangeiros

recebidos em troca de determinada quantidade dos nossos.”
(RICARDO, 1996:93)

As trocas internacionais, porém, possibilitam a troca de bens não equivalentes, ou seja, a troca de bens com quantidade de trabalho diferentes. Segundo Ricardo, isso ocorre devido as diferenças no valor do dinheiro em diferentes países, (o que não é possível ocorrer dentro do próprio país), valor esse, definido através da dificuldade do capital de transferir-se de um país para outro.

Ao trabalhar, porém, com a teoria de valor-trabalho é possível considerar o dinheiro também como uma mercadoria resultante do trabalho, portanto, a troca de produtos com quantidade de trabalho não equivalente no mercado mundial não pode ser justificada através da suposta diferença no valor do dinheiro em diferentes países.

Para Ricardo, a única forma de aumentar a taxa de lucro é através da redução dos salários. Nenhum meio de economizar trabalho (como melhoria na maquinaria, novos meios de transportes ou a importação de matérias primas mais baratas) será capaz de modificar a relação capital e trabalho, isso apenas será refletido em preços mais baixos para os consumidores, mas não terá nenhuma influência sobre a taxa de lucro, portanto, sobre o aumento da riqueza.

A importação de mercadorias de primeira necessidade à preços mais baixos que no mercado interno, possibilita uma redução dos salários e por consequência um aumento na taxa de lucro, visto que, para Ricardo somente uma redução no “custo do trabalho” possibilita um aumento na taxa de lucro.

A possibilidade de encontrar no mercado internacional mercadorias que compõem os salários, ou seja, as mercadorias em que os salários são gastos à um preço mais baixo do que no mercado interno, possibilita modificar a relação capital e trabalho. Neste ponto, repousa uma das contradições da teoria de Ricardo sobre o comércio internacional, visto que, ao importar bens de primeira necessidade mais baratos no comércio internacional do que se fossem produzidos internamente e com isso proporcionar um aumento na taxa de lucro, o que

resulta em um aumento da riqueza. As contradições encontradas na teoria de comércio internacional de Ricardo podem ser explicadas pelo seu apego à teoria do valor-trabalho.

“Se, em vez de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar as roupas e outros produtos necessários ao trabalhador, descobrirmos um novo mercado do qual possamos abastecernos de todas essas mercadorias a um preço mais baixo, os salários diminuirão e os lucros aumentarão. Mas se as mercadorias obtidas a um preço mais baixo pela ampliação do comércio exterior, forem artigos consumidos exclusivamente pelos ricos, nenhuma alteração ocorrerá na taxa de lucro. A taxa de salário não seria afetada mesmo que o vinho, o veludo, a seda e outras mercadorias muito caras diminuíssem 50%, e, conseqüentemente, os lucros permaneceriam inalterados.”
(RICARDO,1996:96)

A teoria ricardiana de comércio internacional parte do pressuposto do livre comércio, e diante disso cada país vai dedicar-se na produção das mercadorias nas quais possua vantagens naturais ou artificiais, vantagens essas que resultam na produção de bens que necessitam de uma menor quantidade relativa de trabalho para serem produzidos do que os outros países necessitariam para produzi-los. As importações e exportações são resultantes dessas vantagens.

*“ Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Em busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem estar universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto pelo modo geral une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo. Esse é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.”*¹⁰
(RICARDO,1996:97)

¹⁰ Refere-se ao famoso exemplo de Ricardo para ilustrar sua teoria. A produção de vinho em Portugal é comparativamente mais barata que na Inglaterra, (sobre ótica do valor- trabalho) e a Inglaterra consegue produzir comparativamente mais barato tecido do que Portugal. Através do comércio internacional, Portugal vai importar tecido inglês e exportar vinho. Dessa forma a Inglaterra vai especializar-se na produção de tecidos e transferir

De acordo com Ricardo, cada país se especializará em condições de livre comércio, na produção dos bens que possa fazer relativamente mais barato e importará os bens nos quais os outros países possuem uma vantagem relativa na produção e conseguem produzi-los de forma mais barata do que seria possível internamente.

A teoria do valor-trabalho supõe a mobilidade completa dos fatores de produção dentro do país e a completa imobilidade internacional, em sentido estrito, de acordo com esta teoria o fator trabalho é o único meio de produção e possui perfeita mobilidade dentro do país mas, total imobilidade no âmbito mundial.

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, porém faz a distinção entre os fatores de produção (capital e trabalho) e especifica que país tenderá a especializar-se nos produtos intensivos nos fatores de produção relativamente abundantes não apenas no fator trabalho, diferenciando-se desta forma da Teoria Ricardiana.

3. 2 O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN-SAMUELSON : DOTAÇÕES DE FATORES

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson é visto como uma das “Teorias Modernas do Comércio Internacional”, diferentemente da abordagem dos economistas clássicos como Smith e Ricardo, que fundamentavam a existência do comércio internacional e seus benefícios como resultado das vantagens comparativas na produtividade da mão de obra existentes em cada país. O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson agrega o conceito de abundância relativa de fatores de produção e a intensidade relativa em que são utilizados esses fatores.

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson é formulado através de hipóteses simplificadoras e somente é aplicável se todas essas hipóteses forem verdadeiras. O comércio internacional é resultado das diferenças de dotações de fatores de produção nos diferentes países (diversidade estrutural dos recursos), resultando em uma equalização internacional nos

trabalho da agricultura para a indústria visto que, consegue comprar vinho mais barato de Portugal do que se produzisse internamente, o mesmo ocorrerá com Portugal que vai especializar-se na produção de vinho.

preços desses fatores no âmbito mundial (a lei da equalização do preço dos fatores de Heckscher-Ohlin-Samuelson).

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson é um modelo fundamentado em hipóteses, mas que expressa de forma simplificada os principais fundamentos da teoria neoclássica sobre o livre comércio. De acordo com Pierre Dockés, economista de linha marxista, que aborda o modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, o mesmo busca demonstrar como este modelo resume a teoria neoclássica e sua fragilidade para explicar o mercado internacional.

“ A análise ortodoxa demonstra, em primeiro lugar, que cada país terá interesse, se o comércio for livre, em se especializar na produção do bem que exige relativamente grande quantidade do fator abundante. O teorema Heckscher-Ohlin-Samuelson (H.O.S.), que formaliza essa idéia, não poderá ser considerado pelo menos como uma aproximação ? Evidentemente que sim, se nos colocarmos no terreno escolhido pela escola ortodoxa , se aceitarmos como ponto de partida as dotações de fatores e se fizermos de conta que os neoclássicos sabem o que é “capital” , já que em última instância o teorema de H.O.S. refere-se a abundância em capital e trabalho ” (DOCKÉS,1976:82)¹¹

Os pressupostos desse modelo baseiam-se no estudo de dois países que atuam em economia fechada sob o regime de livre mercado. Produzem duas mercadorias que utilizam dois fatores de produção (capital e trabalho). Encontram-se em condições idênticas de tecnologia e a demanda interna é praticamente a mesma, ou seja, a curva de indiferença é idêntica para ambos. Porém, as duas mercadorias diferem na relação entre capital e trabalho, uma das mercadorias é capital-intensiva (a relação capital/trabalho é mais elevada, ou seja, requer uma quantidade maior de capital) e a outra é trabalho-intensiva (requer uma quantidade

¹¹ Este ponto é importante e constitui em um divisor de águas, porque a teoria marxista considera que o conceito de capital assenta-se não na propriedade de determinado tipo de meios de produção, mas numa forma específica de relação social, que se apresenta sob a forma de objetos: dinheiro, meios de produção e mercadorias. Os meios de produção e o trabalho humano constituem fatores indispensáveis para a produção social, mas é no contexto do capitalismo que esses meios de produção se tornam capital de propriedades dos capitalista: o trabalho humano se assume na forma de trabalho assalariado, o capital surge então como resultado da mais valia. A teoria marxista distingue ainda entre o capital constante e o capital variável. O capital constante é aquela parte empregada na compra dos meios de produção: máquinas, matéria prima etc. O valor desse capital não sofre alteração durante o processo de produção, não podendo pois, constituir a fonte do aumento do capital inicial. O capital variável é a quantidade do capital gasto na compra da força de trabalho e tem seu valor aumentado no processo de produção. Esse aumento se efetua por meio de obtenção da mais valia, o que se faz do capital variável responsável pelo aumento do capital inicial.

maior de mão de obra do que de capital para ser produzida). Por exemplo, a produção de alimentos requer uma quantidade maior de terra (capital) para ser produzida do que a produção de tecidos, que requer uma quantidade maior de mão de obra (trabalho), portanto, a produção de alimentos é uma relação capital-intensiva enquanto a produção de tecidos é uma relação trabalho-intensiva.

Supõe-se ainda a existência de retornos constantes de escalas, ou seja, um aumento na quantidade de mão de obra ou de capital resultará em um aumento semelhante na produção desses produtos e que os países atuam em concorrência perfeita, isso significa que a longo prazo os preços serão iguais aos custos de produção.

De acordo com esse modelo, os dois países produzem as duas mercadorias, porém, o comércio entre eles ocorrerá em virtude das diferenças existentes entre as quantidades de fatores de produção disponíveis em cada país (capital e trabalho).

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson ou dotações de fatores, pressupõe a existência de “abundância de fatores”, ou seja, que um país possua uma quantidade maior de capital disponível do que de trabalho e o outro uma quantidade maior de trabalho disponível do que de capital, não em termos de quantidades absolutas, mas, no que se refere a relação existente entre o capital e o trabalho [a relação entre a taxa de salário (w) e a taxa de juro (r)]. No país com abundância relativa de capital a taxa de juros tende a ser mais baixa do que no país onde o capital é escasso, porém o país com trabalho relativamente abundante a taxa de salário é mais baixa.

O país que possui capital-abundante terá o preço do capital (taxa de juros) menor do que o país onde esse fator é escasso, mas com trabalho-abundante, esse terá o preço da mão de obra (salário) menor que o país que possui maior abundância de capital com escassez de mão de obra, portanto, a relação entre a taxa de juros e os salários determinam o preço relativo dos fatores capital e trabalho. Por essa razão, o país com a taxa de juros mais baixa vai dedicar-se à produção de bens intensivos em capital e o país com taxa de salário mais baixa vai dedicar-se à produção de bens intensivos em trabalho. De acordo com Krugman (1999:80), que não é

um neoclássico ortodoxo: *“em termos gerais, uma economia tende a ser relativamente eficaz na produção de bens que são intensivos no fator com o qual o país é relativamente bem dotado”*.

Dessa forma, segundo este modelo, a fronteira de produção dos bens nos quais o país possui fator-abundante vai expandir-se, ou seja, haverá um aumento na produção desses bens por incorrerem em custos mais baixos, o mesmo poderá exportar esses produtos em troca daqueles bens em que não possui abundância de fatores de produção.

As diferenças existentes entre os custos de produção derivadas das duas mercadorias implicam na diferença dos preços relativos dessas entre os países, sendo essa a razão pela qual os países comercializam. Os custos dependem da quantidade dos fatores disponíveis e da relação entre os preços desses fatores (a oferta e a demanda de fatores determina o preço desses fatores em concorrência perfeita). A diferença dos preços relativos dos bens entre os países é determinada pelas vantagens comparativas e resulta no padrão de comércio adotado entre os dois países (Ver Anexo III) . Quanto a isso, Salvatore (1998:68) diz: *“Uma nação exportará a commodity cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente abundante e barato e importará a commodity cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente escasso e caro”*.

Um dos principais fundamentos do modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson diz respeito a equalização dos preços dos fatores. Diante da suposição da inexistência da mobilidade internacional de fatores, o comércio internacional torna-se um “substituto” perfeito para essa imobilidade, na medida em que através do comércio internacional os salários (para a mão de obra com o mesmo nível de qualificação) e as taxas de juros (capital com a mesma produtividade e mesmo risco) tornam-se iguais para os países que comercializam entre si. Desta forma, a mobilidade internacional de produtos substitui a mobilidade internacional de fatores

“Com mobilidade perfeita (i.e., com informações completas e sem restrições legais ou custo de transportes), a mão de obra migraria da nação de baixos salários para a nação de salários elevados até que os mesmos se tornassem iguais em ambas as nações. Da mesma forma, o capital se deslocaria da nação de

juros baixos para a nação de juros elevados até que a taxa de juros se igualasse em ambas as nações. Enquanto o comércio opera com a demanda de fatores, a mobilidade dos fatores opera com a oferta de fatores” (SALVATORE, 1998:75)

Isso ocorre porque os países ao se especializarem (supondo-se que não ocorra a especialização total e que ambos os países produzem as duas mercadorias) na produção de produtos nos quais possuem abundância de fatores, aumentando desta forma a produção da commodity na qual possui “fator abundante” e reduzindo a produção da commodity na qual possui “fator escasso”, vai aumentar a demanda dos fatores de produção no qual é abundante e reduzir a demanda pelo fator no qual é escasso. Por exemplo, um país que especializa-se na produção de produtos em trabalho-intensivos (país com trabalho abundante) ocorrerá um aumento na demanda de mão de obra, o que vai implicar em um aumento nos salários, no entanto, haverá uma redução na demanda por capital, visto que a produção da commodity capital-intensiva será reduzida implicando em um decréscimo na taxa de juros. O mesmo efeito ocorrerá em um país que tenha abundância de capital e especializa-se na produção da commodity capital-intensiva, esse demandará mais capital, o que implicará em uma redução dos salários e um aumento na taxa de juros.

“(...) quando a economia doméstica e a economia estrangeira comercializam entre si, ocorre mais que um intercâmbio de mercadorias. Indiretamente, os dois países estão de fato trocando fatores de produção. A economia doméstica possibilita que a economia estrangeira utilize um pouco de sua mão de obra abundante, não por meio da venda da mão de obra diretamente, mas trocando bens produzidos com uma alta proporção de mão de obra por bens produzidos com uma proporção de mão de obra mais baixa” . (Krugman, 1999:79)

Segundo Salvatore (1998:70) *“o comércio internacional tende a reduzir as diferenças de salário (w) e taxa de juros (r), existentes entre duas nações com economia fechada”*, sendo assim a relação w/r tenderá a equalizar-se entre as duas nações.

A distribuição de renda, nos países que comercializam entre si acompanham o movimento dos preços relativos dos fatores, ou seja, um aumento no preço do fator trabalho implicará em um aumento dos salários reais; o mesmo ocorre com o fator capital, um aumento

nas taxas de juros relativas implicará em um aumento nas taxas de juros reais. De acordo com Krugman (1999:78), *“os efeitos do comércio internacional sobre a distribuição de renda é: os proprietários dos fatores abundantes de um país ganham com o comércio, mas os proprietários dos fatores escassos de um país perdem”*.

Segundo Krugman, os princípios do modelo de dotações de fatores no que se refere a equalização dos preços relativos de fatores não podem ser aplicados na realidade, pois os países possuem níveis de tecnologia de produção diferentes. Além disso, os preços dos bens no mercado mundial não são totalmente equalizados, isso porque fatores como custos de transportes e a adoção de barreiras comerciais como tarifas e quotas influenciam nos preços dos produtos no mercado internacional. Considerando ainda o fato, que muitas indústrias não atuam em concorrência perfeita, devido a existência de monopólios industriais, não sendo portanto, compatível com o modelo que prevê a concorrência perfeita.

Para que ocorra a equalização dos preços relativos de fatores, seria necessário uma “convergência” completa nos preços dos bens; outro ponto refere-se ao fato de que os países que comercializam devam produzir os mesmos produtos e em condições muito semelhantes, no entanto existem grandes diferenças entre os países em geral.

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, torna-se inconclusivo ao trabalhar com mais de dois fatores ou mais de dois bens, é difícil afirmar os resultados deste modelo de forma precisa quanto a produção e aos fluxos do comércio e por consequência os reflexos destes sobre os preços dos fatores. No entanto é possível expandir o modelo, abrangendo mais de dois países, bens e fatores, porém, devem ser incluídos simultaneamente e mantendo-se a “paridade”¹² entre eles, entretanto, torna-se difícil interpretar os resultados quanto à abundância de fatores, visto a dificuldade em definir qual fator é relativamente abundante em relação à outro em um país ou qual bem é mais intensivo em determinado fator, e dessa forma o modelo perde sua principal característica.

¹² Neste caso, o número de países deve ser igual ao número de bens, que deve ser igual ao número de fatores.

De acordo com Salvatore, o comércio internacional reduziu, mas não conseguiu eliminar as diferenças entre o preço relativo dos fatores. O aperfeiçoamento da tecnologia de produção nos países avançados acontece de forma mais acelerada do que em países atrasados, isso fez com que aumentasse a diferença nos preços dos fatores entre esses países, porém, a redução dos preços dos fatores ocorreu com maior intensidade entre os países mais avançados.

O primeiro teste ao modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson foi feito por Wassily Leontief em 1951. O resultado desse teste ficou conhecido como o “paradoxo de Leontief”, visto que os resultados foram contrários ao que previa o modelo. O teste foi feito utilizando a matriz insumo-produto¹³ para avaliar as exportações e importações (Leontief utilizou os substitutos de importações)¹⁴ dos Estados Unidos no ano de 1947.

O suposto era que os E.U.A. importavam produtos intensivos em trabalho e exportavam produtos intensivos em capital, já que nos E.U.A. o capital era considerado mais abundante e mais barato do que em outros países, porém, os resultados demonstraram que na realidade os E.U.A. exportavam produtos intensivos em trabalho, portanto, contrários ao modelo. A conclusão do teste realizado por Leontief demonstrou que os E.U.A. exportavam bens intensivos no fator relativamente mais escasso e importavam bens intensivos no fator relativamente mais abundante em relação ao resto do mundo.

Um dos argumentos utilizados para justificar o paradoxo de Leontief dizia respeito a produtividade da mão de obra norte-americana, que era maior que em outros países. Outra justificativa era que a demanda por produtos intensivos em capital era maior nos E.U.A., mas Houthakker (1957), em seu estudo comprovou que a curva de indiferença¹⁵ é praticamente a

¹³ A matriz insumo-produto é uma matriz que apresenta a origem e o destino de cada produto na economia.

¹⁴ Leontief utilizou dados referente aos substitutos de importações dos E.U.A., devido ao fato de não existir na época em que o teste foi feito dados sobre as exportações para os E.U.A.

¹⁵ A curva de indiferença, representa de forma geométrica as diferentes combinações possíveis de vários produtos que, para o consumidor têm a mesma escala de preferência. Tomando-se duas mercadorias (A e B), a preços fixos, combinando-se as quantidades unitárias de cada uma, estabelecendo-se assim os pontos em que ao consumidor é indiferente adquirir uma ou outra combinação de quantidades ambos os produtos.

mesma para a maioria das commodities, portanto, não justificava a existência do paradoxo de Leontief.

Outras justificativas para o paradoxo de Leontief dizem respeito a quatro argumentos, os quais serão citados abaixo:

I – O ano de 1947 utilizado no teste não era representativo, visto que neste ano terminava a reconstrução pós-guerra.

II – A utilização apenas de dois fatores (capital e trabalho), não considerando outros fatores como os recursos naturais.

III – A política protecionista adotada pelos E.U.A., como as tarifas e as quotas à importação, que além de tornar mais caras as importações também estimulavam a produção de substitutos às importações.

IV – A não incorporação por Leontief do “capital humano”¹⁶ (Leontief utilizou apenas o capital físico) e a não incorporação do chamado “capital de conhecimento”¹⁷, baseado praticamente nas pesquisas e desenvolvimento que eram incorporadas as exportações norte americanas.

O paradoxo de Leontief foi a comprovação da não aplicabilidade do modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson. Outros testes recentes foram feitos com a intenção de responder as questões levantadas pelo paradoxo, porém os resultados foram conflitantes,¹⁸ reduzindo o paradoxo porém sem eliminá-lo, demonstrando fragilidade do modelo e sua impossibilidade de aplicação com dados reais. O resultado deste teste representa a fragilidade do modelo de

¹⁶ O capital humano refere-se a educação, treinamento no trabalho e saúde, esses fatores são incorporados a mão de obra, o que a torna mais qualificada resultando em uma maior produtividade.

¹⁷ O capital de conhecimento está relacionado ao capital humano, sendo decorrente das atividades de pesquisas e desenvolvimento (P&D), o que conduz a uma elevação no valor da produção de um determinado estoque de recursos materiais e humanos.

¹⁸ Outros testes utilizando os mesmos métodos de Leontief foram feitos para analisar as exportações de outros países para os E.U.A. : Índia exportava bens capital-intensivos em 1962 (R.Bharadwa), o Japão exportava bens trabalho-intensivos em 1959 (M. Tatemoto), Canadá exportava bens capital-intensivos em 1961(D.F.Wah) e em 1962 o mesmo teste aplicado por Leontief foi realizado na economia norte americana e os resultado foram semelhantes, mantendo desta forma o paradoxo .

Heckscher-Ohlin-Samuelson, em última instância, a fragilidade da teoria neoclássica para explicar o comércio internacional, pois as condições impostas pelo modelo através de suas hipóteses, tornam na realidade o próprio modelo paradoxal.

A chamada reversão de intensidade de fatores é outro exemplo da não aplicabilidade do modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson. Essa situação ocorre quando uma mesma commodity é trabalho-intensiva em um país e capital-intensiva em outro. Isso ocorre com mais frequência quanto maior for a diferença no grau da elasticidade de substituição de fatores¹⁹ para a commodity. A produção pelos dois países da mesma commodity com o fatores diferentes (capital e trabalho), nos quais são abundantes, resultando na não equalização dos preços dos fatores.

De acordo a com reversão de intensidade de fatores, o comércio internacional baseado na dotação de fatores torna-se impossível, resultando na não equalização nos preços relativos dos fatores, visto que o país que possui o capital como fator abundante terá que dedicar-se a produção da commodity onde o trabalho é o fator escasso, portanto os salários se elevarão; para o país onde o capital é escasso, ao especializar-se na commodity intensiva em trabalho também fará elevar os salários.

Dessa forma, a reversão de intensidade de fatores nega a validade do modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, primeiro porque um dos países não poderá exportar a commodity intensiva na qual o país é fator abundante; segundo, por que não possibilita a equalização nos preços dos fatores. Estudos recentes demonstram que apesar de existir a reversão de intensidade de fatores, esta não ocorre com muita frequência, tornando-se uma exceção ao modelo.

A possibilidade dos países em fazerem uso de políticas protecionistas para de alguma forma estimular a produção em setores nos quais o país não tenha abundância de fatores, é muito criticada por economistas que defendem o modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson. Isso

¹⁹ A elasticidade de substituição de fatores mede o grau ou a facilidade com a qual um fator pode ser substituído por outro na produção quando o preço relativo do fator descrece.

ocorre por que de acordo com esse modelo, o protecionismo é prejudicial principalmente para setores em que país tem vantagens comparativas por possuir abundância de fatores, qualquer interferência torna-se impossível devido a noção de equalização de preços relativos dos fatores de produção. Problemas decorrentes, como por exemplo, as reduções salariais devem ser resolvidos através de políticas domésticas com reduções de impostos ou subsídios para os trabalhadores.

A especialização total (quando um país dedica-se exclusivamente na produção de uma commodity intensiva no fator do qual o país é abundante) não é compatível ao modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, primeiro para que o modelo seja validado uma das hipóteses necessárias é que os dois países produzam e comercializem ambas as commodities (especialização incompleta), isso porque a especialização total leva a um excedente de oferta da commodity na qual o país é especializado, o que impossibilita a equalização dos fatores. Quanto a isso Dockés, argumenta que os países não terão interesse em evitar a especialização total.

“Se um país é especializado, não se observará mais do que uma tendência ao nivelamento das remunerações. Todavia, não há porque concluir que um país terá interesse, em dado momento em frear sua especialização antes de chegar a especialização total. Com efeito, abandonar-se-ia o domínio da concorrência pura e perfeita, por causa mesmo da política protecionista, e o teorema perderia sua validade.” (DOCKÉS, 1976:94)

Segundo Dockés, um dos supostos no qual o modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson está fundamentado diz respeito a imobilidade dos fatores de produção no mercado mundial, porém, o “capital”, considerado pela teoria neoclássica como um dos fatores de produção, se movimenta mundialmente, transferindo-se de um país para outro em busca de maior valorização, ou seja, para países onde a taxa de lucro seja mais alta.

Outro questionamento diz respeito as firmas transacionais ou “firmas gigantes”, que formam e atuam no mercado internacional, buscando sempre maximizar seus lucros e muitas vezes em situações de monopólio, além do fato de instalarem filiais em outros países,

portanto, um dos suposto do teorema que impõe a necessidade de atuarem em concorrência perfeita torna-se na realidade impossível.

Outra crítica repousa no fato da teoria neoclássica não incorporar o conceito de nação, diante das condições reais, pois ignora a existência no interior dos países de áreas monetárias, culturais e lingüísticas, além de não observar as relações sociais nacionais existentes como a luta de classes e as diferenças de renda e “constrói um mundo encaixotando nações”. Dessa forma, colocando todos os países em condições iguais, sem observar as diferenças existentes entre eles.

“Ela cria um ser fictício, a nação, que produz, consome e troca com outras nações, comportando-se em tudo como se fosse um agente individual (uma grande firma que autoconsumiria amplamente seus produtos) que conservasse sua “psicologia” de consumidor e de empresário” (DOCKÉS,1976:107)

Observa-se porém, que no mundo real o mercado internacional é formado pelas relações entre as grandes empresas, por seus produtos e interesses e não necessariamente pelas nações, pois excedem os interesses destas, mas para os benefícios das próprias empresas. As fronteiras nacionais, tornam-se na verdade “umbrais” e não barreiras para o deslocamento dos fatores de produção.

Segundo Dockés, a teoria neoclássica é estática e pontual, por não considerar a história, classificando os fatores de produção como um estoque de fatores de produção “exógenos”, como que impostos pela natureza, sua abundância ou sua escassez são fatores pré-existent, porém, o trabalho e o capital são fatores de produção construídos ao longo da história. Em relação ao “capital”, não considera a própria acumulação do capital e sua transferência entre os países em busca de maior remuneração, movimento este, intrínseco ao modo de produção capitalista; quanto ao trabalho não observa as diferenças entre capital humano e suas qualificações, sendo estas adquiridas ao longo do tempo.

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson é ainda incompatível com a adoção de medidas restritivas ao comércio internacional, visto que, um dos pressupostos em que este modelo fundamentado está no comércio livre e somente através da livre concorrência é

possível a equalização nos preços de fatores. Segundo esta teoria as restrições tarifárias e não tarifárias inibem e distorcem os resultados do fluxo do comércio internacional. Na realidade, porém, a utilização do protecionismo e a existência de monopólios faz parte da história da economia internacional e está presente nas decisões de política comercial das principais economias que atuam no comércio mundial.

CAPÍTULO 4

A TEORIA CONVENCIONAL E AS CRÍTICAS AO PROTECIONISMO

Os custos gerados pela adoção de medidas protecionista é um dos argumentos utilizados pela teoria convencional à favor do livre comércio, principalmente para os países que não podem influenciar os preços no mercado internacional. Por essa razão, na maioria das vezes, os custos gerados pelas medidas protecionistas excedem os benefícios que possam ser decorrentes dessas medidas.

Segundo Krugman, para os países que não conseguem influenciar os preços no mercado internacional, os custos são em torno de 10% da renda nacional, tornando-se um custo muito alto para manutenção de tais medidas. Para países como os Estados Unidos esse custo está em torno de 0,26% da renda nacional e isso deve-se principalmente a dimensão da economia norte americana e sua autonomia no que se refere ao mercado externo. Outro argumento utilizado contra a adoção de medidas protecionistas são os ganhos adicionais,²⁰ esses ganhos são referentes a economias de escala decorrentes do livre comércio.

Em países que adotam medidas protecionistas, as empresas tendem a buscar mercados protegidos e tornam-se menos competitivas. Segundo Marys Maia (1998:126) “*a indústria nacional fica acomodada com o protecionismo, como não há concorrência e também como possui mercado cativo, não precisa melhorar seu produto*”. Em livre mercado, as empresas encontram maiores facilidades para inovarem do que em um mercado onde os padrões de importações e exportações são “gerenciados” pelo governo.

“Os mercados protegidos não apenas fragmentam a produção internacionalmente, mas, reduzindo a concorrência e aumentando os lucros, eles também levam muitas empresas a entrar em mercados protegidos. Com a proliferação de empresas

²⁰ Os ganhos adicionais do livre comércio são também chamados de ganhos dinâmicos, referentes ao maior dinamismo dos setores em livre concorrência na busca de melhoramentos no processo de produção, por essa razão dependem da concorrência e das inovações.

em mercados domésticos restritos, a escala de produção de cada uma se torna ineficiente”(KRUGMAN,1999:225)

O contexto político, segundo a teoria convencional também interfere na adoção de medidas protecionista, visto que em muitos casos elas visam atender os interesses de determinados setores influentes da economia. Dessa forma, os interesses de classes superam os interesses nacionais, ou seja, a utilização da influência política na adoção de medidas protecionistas fica sujeita a atender interesses individuais.

Segundo a teoria convencional, o Estado torna-se um instrumento para atender interesses privados, o que é prejudicial para o mercado internacional como um todo, pois ao concorrer no mercado externo, os setores subsidiados incorrem em vantagens em termos de preços internacionais, podendo ter preços mais baixos que os concorrentes de outros países; os produtores nacionais podem fazer uso das medidas protecionistas em seu benefício, através da imposição de quotas à importação e altas taxas aduaneiras.

O setor agrícola norte americano é bem organizado e politicamente influente, capaz de conseguir altos benefícios através de políticas protecionistas, como por exemplo, as quotas à importação de açúcar impostas pelo Estados Unidos. A agricultura na Comunidade Econômica Européia também recebe altos subsídios à produção, além de contar com medidas aduaneiras e barreiras não tarifárias. Para Krugman:

“Os economistas podem mostrar às vezes que na teoria um conjunto seletivo de tarifas e subsídios às exportações pode aumentar o bem estar nacional, mas na realidade qualquer órgão do governo que pretenda implantar um programa sofisticado de intervenção no comércio provavelmente pode ser apadrinhado por interesses e convertido em um meio de renda para setores politicamente influentes” (Krugman,1999:226)

Os termos de troca também são afetados por políticas comerciais restritivas, como por exemplo, a adoção de tarifas sobre às importações (que teoricamente melhoram os termos de troca), porém, a maioria dos países não conseguem influenciar os preços no mercado internacional. Os países chamados “grandes” podem utilizar medidas protecionistas como

meio para impor o monopólio nacional e obter ganhos às custas de outros países, entretanto, essa política pode acarretar retaliações de outros países considerados “grandes”.

As medidas restritivas ao comércio são também utilizadas para corrigir as chamadas “falhas de mercado”²¹. Essas falhas ocorrem quando existem imperfeições no funcionamento do mercado interno, como por exemplo, desequilíbrios no mercado de trabalho, a não alocação eficiente de recursos pelo mercado de capital ou quando ocorre a impossibilidade de difusão de tecnologia das indústrias novas ou particularmente inovativas. Nesses casos, o governo interfere através de políticas protecionistas na intenção de corrigir essas falhas de mercado, como por exemplo, a utilização de subsídios à setores industriais intensivos em mão de obra com o intuito de corrigir o desequilíbrio no mercado de trabalho.

Os argumentos contra o uso de políticas protecionistas para corrigir falhas de mercado repousam, primeiro que essas falhas devem ser corrigidas por políticas domésticas direcionadas; segundo a impossibilidade de diagnosticar de forma eficiente as falhas de mercado. A utilização de políticas comerciais para correção dessas falhas torna-se difícil, principalmente em países menos desenvolvidos, onde as falhas de mercado ocorrem em conjunto, por exemplo, a existência de falhas no mercado de trabalho ocorrem em conjunto com falhas no mercado de capitais.

4.1 OS INSTRUMENTOS PARA A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PROTECIONISTAS

A imposição de medidas protecionistas representam a intervenção governamental na economia e determinam a política comercial a ser adotada. Essas medidas podem ser definidas através de :

²¹ A utilização de políticas protecionistas para corrigir as falhas de mercado é considerada na economia como a teoria da segunda melhor alocação de recursos. Esta teoria estabelece que uma política sem interferências é desejável em qualquer mercado apenas se todos os outros mercados estiverem funcionando adequadamente.

I – Tarifa: é a mais simples das políticas comerciais, refere-se ao imposto cobrado quando o bem é importado, podendo ser específicas (são fixas e cobradas por unidade de bem importado) e *ad valorem* (são cobradas como uma fração do valor importado em %).

II – Quotas à Importação: é uma restrição direta à quantidade de algum bem que pode ser importado. A restrição geralmente é executada por meio de emissão de licenças a alguns grupos de indivíduos ou empresas.

III – Restrições Voluntária às Exportações: define-se como uma quota de comércio imposta pelo país exportador a pedido do país importador. O país exportador adota as restrições voluntárias para evitar outras restrições pelo país importador.

IV – Subsídios às Exportações: é o pagamento à empresas ou indivíduos que exportam bens para o exterior, podem ser específicas (fixas por unidade) ou *ad valorem* (% sobre o valor exportado). O subsídio é efetuado pelo governo no sentido de melhorar suas exportações.

V – Necessidade de Requisitos Locais: é uma regulamentação que exige que uma fração específica de um bem seja produzida internamente, podendo ser em unidades fixas ou estabelecida em termos de valor.

VI – Subsídios de Crédito à Exportação: são empréstimo subsidiados feitos pelo governo local ao comprador.

VII – Barreiras Burocráticas: define-se como uma forma de restringir as importações informalmente, utilizando-se de procedimentos sanitários, de segurança ou alfandegários, de modo a estabelecer obstáculos substanciais ao comércio.

Com a progressiva redução das tarifas aduaneiras, em consequência dos esforços de negociações da OMC, multiplicaram-se e adquiriram crescente importância as chamadas barreiras não tarifárias ou medidas não tarifárias, a ponto de se transformarem hoje no obstáculo mais sério e resistente à colocação de um produto em determinado mercado.

Os instrumentos de política comercial que os países utilizam para proteger sua economia, mediante as restrições de importação, podem influir sobre os preços dos produtos importados (através dos direitos aduaneiros, taxas e impostos) ou sobre a quantidade das

importações (restrições quantitativas: contingentes ou licenças de importação), podem ainda regular o fluxo de mercadorias atuando-se sobre o controle de divisas, fazendo cumprir regulamentos técnicos (sanitários, de etiqueta, marcas, vasilhames, etc.) e as formalidades administrativas (certificado de origem, vistos consulares, etc.). Entre as barreiras aduaneiras encontram-se os direitos aduaneiros que se compreendem como fonte de ingresso nos Estados ou com a finalidade protecionista ou de salvaguarda. Entre essas barreiras podemos citar:

- Os direitos *anti-dumping*, imposto adicional a importação com a finalidade de cobrir a diferença entre o preço de exportação e o preço normal usualmente pago pelos consumidores do país exportador;
- Os direitos compensatórios se impõem quando a fabricação, a produção ou a exportação de um produto recebe direta ou indiretamente ajudas ou subvenções do governo do país exportador;
- As exações variáveis sobre a importação são impostos que se aplicam à importação de diversos produtos agropecuários por alguns países, entre eles a CEE, seu objetivo é aumentar o preço dos produtos importados até o nível de preço dos produtos nacionais;
- Os direitos compensatórios sobre produtos agropecuários, que consistem em direitos de quantia variável que se adicionam aos direitos aduaneiros quando o preço dos produtos importados são, no momento da importação, inferiores aos preços de referência;
- Os depósitos prévios à importação, consistem no depósito de uma importância em moeda nacional durante um determinado período, que devem constituir os importadores quando solicitam as licenças de importação.

As barreiras e os obstáculos não aduaneiros são também chamadas de barreiras técnicas ao comércio internacional, podem ser aplicadas tanto às exportações quanto às importações, conforme a estratégia de cada país. Existem ainda os sistemas de normalização, certificação, controle de qualidade e outros procedimentos capazes de elevar a qualidade da produção em benefício dos consumidores e do meio ambiente, porém, essas medidas não

aduanейras podem transformarem-se em barreiras protecionistas disfarçadas e atitudes discriminatórias do país importador.

As barreiras indiretas são medidas de proteção a indústria nacional que constituem obstáculos ao comércio internacional, ajudando a produção nacional ou a exportação, podem ocorrer através de compras governamentais, monopólios estatais e paraestatais.

4.2 O IMPACTO DA ADOÇÃO DE MEDIDAS PROTEZIONISTAS SOBRE O MERCADO INTERNO

A imposição de tarifas à importação de um determinado bem, implica diretamente em um aumento no preço interno desse bem. Isso deve-se ao fato da demanda por esse bem não poder ser suprida pelas importações, o que faz com o preço desse no mercado interno se eleve (beneficiando o produtor local). Para ser importado, o preço desse bem precisa elevar-se no mercado local até que seja possível compensar o valor da tarifa, ou seja, o preço do bem importado somado a tarifa precisa ser pelo menos igual ao preço do bem produzido internamente.

Para os países que conseguem influenciar o mercado mundial, por demandar grande quantidade desse bem, a tarifa adotada à importação deste representa uma “melhora” nos termos de troca, visto que, induz o comércio mundial a reduzir seu preço. Isso ocorre porque a tarifa em um primeiro momento, representa um aumento no preço no mercado interno, reduzindo portanto, a quantidade importada e implicando em um aumento na oferta mundial desse bem no mercado internacional, causando dessa forma uma redução no preço tanto pelo excesso de oferta, como para compensar o valor da tarifa.

Para Krugman, de uma maneira geral, a imposição de tarifas torna-se prejudicial aos consumidores locais, ou seja, aos consumidores do país que impôs a tarifa, na medida em que eleva o preço no mercado interno, porém, beneficia os produtores locais.

Na definição da magnitude das perdas dos consumidores e dos ganhos dos produtores é utilizado o conceito de microeconomia de excedente do consumidor e excedente do produtor.²² O governo beneficia-se da imposição de uma tarifa através do aumento da arrecadação e os benefícios sociais decorrentes desse aumento de receita depende de sua utilização.

A análise de uma tarifa pode ser adaptada a outras medidas de política de comércio, como subsídio às exportações, quotas de importação e restrições voluntárias às exportações. Os subsídios às exportações levam a perdas de eficiência²³ similares as tarifas, mas compõem essas perdas gerando uma deterioração nos termos de troca. As quotas de importação e as restrições voluntárias às exportações diferem das tarifas pelo fato do governo não obter receita, ao contrário, o que seria receita do governo resulta em ganhos para os proprietários das licenças de importação no caso das quotas e para os estrangeiros no caso das restrições voluntárias às exportações.

Os subsídios às exportações atuam de maneira inversa as tarifas, visto que reduz o preço do bem exportado e eleva o preço desse bem no mercado interno; os exportadores vão exportar até o limite em que o preço do bem no mercado interno exceda o preço no mercado externo devido aos subsídios. Diferentemente do que ocorre com as tarifas, os subsídios não geram aumento de receita para o governo, mas tornam-se em um gasto na medida em que o governo precisa pagar aos exportadores os subsídios. Os termos de troca “pioram”, na medida em que reduzem os preços dos bens exportados para o mercado internacional. Os subsídios às exportações favorecem o surgimento dos chamados “*dumping*”²⁴, o que é prejudicial não apenas ao país que concede os subsídios, mas afeta o mercado internacional como um todo .

²² Segundo a microeconomia, o excedente do consumidor mede a quantidade que o consumidor ganha em uma compra na forma de diferença entre o preço que ele realmente paga e o preço que ele estaria disposto a pagar. O excedente do produtor é um conceito ambíguo, no entanto refere-se a diferença entre que o produtor pretender vender seu produto e o valor efetivamente em que ele foi vendido.

²³ As perdas de eficiência ocorrem através das distorções na produção nacional, isso por que leva os produtores e consumidores a agirem como se as importações fossem mais caras do que realmente são.

²⁴ O Brasil recentemente foi acusado de dumping no caso de ferros ligas e chapas de aço, o que levou os E.U.A. a fazerem uso de direitos anti-dumping e direitos compensatórios, mesmo o Brasil sendo absolvido pela OMC, as exportações brasileiras para os E.U.A. não recuperaram o mesmo patamar anterior ao processo.

Segundo Krugman, todas as políticas comerciais intervencionistas “*beneficiam os produtores e em detrimento dos consumidores*”, porém algumas são mais prejudiciais aos consumidores, podendo ser resumidas no quadro abaixo:

QUADRO 1 : Efeitos de políticas comerciais alternativas

	Tarifa	Subsídios a Exportação	Cotas de Importação	Restrições Voluntárias às Exportações
Excedente do Produtor	Aumenta	Aumenta	Aumenta	Aumenta
Excedente do Consumidor	Diminui	Diminui	Diminui	Diminui
Receitas do Governo	Aumentam	Diminui(gastos do governo aumentam)	Não mudam	Não Mudam
Bem estar econômico	Ambíguo (diminui para países pequenos)	Diminui	Ambíguo (diminui para países pequenos)	Diminui

Fonte:KRUGMAN, Paul. Economia Internacional, p. 211

“(…)todas as quatro políticas comerciais beneficiam os produtores e prejudicam os consumidores. Os efeitos das políticas sobre o bem estar econômico, quando muito são ambíguos; duas políticas definitivamente prejudicam a nação, enquanto as tarifas e as cotas de importação são potencialmente benéficas somente para alguns países grandes que possam reduzir os preços internacionais”. (Krugman, 1999:211)

Os efeitos da adoção de políticas restritivas ao comércio, na visão da economia convencional é prejudicial aos países que as adotam (exceto para aqueles que podem influenciar os preços internacionais), isso porque o bem estar social se reduz devido ao aumento dos preços internos decorrentes dessas medidas, que tornam-se benéficas apenas a um grupo reduzido de produtores.

As quotas de importação de uma maneira geral, sempre elevam o preço local do bem importado, devido ao excedente da demanda por esse bem que não é atendida pela oferta doméstica. As quotas de importação não geram nenhum aumento de receita por parte do governo, visto que os lucros resultantes ficam para os detentores das licenças à importação, as chamadas rendas de quotas. A quota do açúcar norte americano demonstra a promoção de benefícios para pequenos grupos de produtores, ao passo que um grande grupo de consumidores são prejudicados, devido a restrição do mercado local à importação.

Os custos referentes as restrições voluntárias às exportações pelo país que exporta são altos, visto que diferentemente das quotas ou tarifas, as receitas geradas pelas restrições voluntárias às exportações são remetidas aos países importadores.

Segundo a teoria convencional, a adoção de medidas protecionistas auxiliam o surgimento e a manutenção dos monopólios. Em situação de livre mercado o monopólio não é possível, visto que a existência da concorrência externa limita a sua atuação no mercado interno, mantendo os preços como em um mercado de concorrência perfeita. De acordo Marys Maia (1998: 112) “ *o protecionismo permite a formação de monopólios, o monopólio é uma cassação de direitos: o direito do produtor em produzir e o direito do consumidor em escolher*”.

A simples adoção de medidas protecionistas não resultam necessariamente no surgimento de monopólios, como argumenta a teoria neoclássica; ademais, mesmo sobre um regime protecionista é possível estimular a concorrência interna por empresas que atuam no mercado interno, limitando dessa forma a formação de monopólios. Além disso, mesmo em condições de livre comércio os monopólios existem, é possível ainda afirmar que existem no mercado internacional grandes empresas que atuam em condições de monopólio.

As tarifas²⁵ limitam os preços dos monopólios, isso por que esses só poderão aumentar o preço até o limite em que o preço interno igualar-se ao preço externo somado a tarifa, pois

²⁵ Existe porém as tarifas proibitivas, são tarifas muito elevadas impostas à importação de determinados produtos, que excluem a concorrência internacional, o que faz com que o produtor nacional encontre-se em situação de monopólio e possa elevar seu preço ao ponto de maximizar seus lucros e atuam no mesmo sentido da imposição.

um aumento maior que esse limite fará com que os consumidores optem por comprar bens importados. As quotas de importação impõem limites fixos à quantidade importada, isso propicia o aumento dos preços diante da impossibilidade de concorrer com as importações.

4.3 O PROTECIONISMO IMPOSTO ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS:

E.U.A E CEE

As relações comerciais entre o Brasil, Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia demonstram a contradição existente entre a doutrina do livre comércio defendida por estes e as medidas protecionistas adotadas em seus mercados internos, resultando em um entrave ao aumento das exportações brasileiras para esses mercados. Demonstra ainda, a posição hegemônica desses países no mercado mundial, bem como, a impossibilidade do Brasil em reverter as medidas restritivas adotadas por esses países, o que causa prejuízos às exportações brasileiras.

Enquanto, os Estados Unidos pressionam o Brasil a reduzir as restrições ao mercado brasileiro para as importações norte-americanas (redução de tarifas e eliminação de quotas à importação, processo que iniciou-se no início da década de 90 com a abertura comercial), entretanto o governo norte americano faz uso constantemente de medidas protecionistas em relação ao seu mercado interno.

A utilização de tarifas, quotas e principalmente de barreiras não tarifárias como barreiras fitosanitárias e barreiras burocráticas (certificados de origem, licenças de importação etc.), além dos programas de apoio à produção interna através de altos subsídios e reservas de mercado, representando desta a política protecionista adotada pelos E.U.A. Essas medidas protecionistas quando não impedem, reduzem as exportações brasileiras para o mercado norte americano, visto que muitos setores nos quais o Brasil possui condições de expandir suas exportações, são protegidos através de quotas, tarifas e subsídios.

de quotas, visto que impedem a livre concorrência. Qualquer aumento na tarifa não tem nenhum efeito, visto que as importações foram completamente eliminadas.

A assimetria entre as importações e exportações brasileiras e norte americanas, (sendo os E.U.A. um dos principais parceiros comerciais do Brasil) é resultado necessário da política adotada, posto que a média tarifária no Brasil para os 15 principais produtos de exportações norte americanas no mercado brasileiro é em torno de 14,3%, enquanto nos Estados Unidos a média tarifária aos 15 principais produtos da pauta de exportação brasileira chega a 45,6% (dados referentes ao ano de 1999)²⁶.

As políticas protecionistas adotadas pelo E.U.A. em relação ao Brasil é de caráter seletivo, além de causar grandes prejuízos devido a restrições as exportações, são muitas vezes discriminatórias, na medida em que são impostas quotas²⁷ e tarifas aos produtos brasileiros mas não à outros países (a soja brasileira é sobretaxada em 19,1% *ad valorem*, porém Canadá, Israel e Caribe não incide nenhuma taxa sobre este produto, o mesmo ocorre com o etanol). Em alguns casos o Brasil é impedido de utilizar quotas já definidas através do Sistema Geral de Preferência como no caso do açúcar, um dos principais produtos de exportação do Brasil.

Vários produtos industrializados brasileiros também encontram restrições no mercado norte americano, como por exemplo calçados (tarifa de 10% *ad valorem* para calçados femininos e 8,5% *ad valorem* para calçados masculinos); suco de laranja (tarifa de até 56% *ad valorem* e com quota definida e sobretaxa de 7,85 centavos de dólar acima da quota).

As exportações de suco de laranja concentrado vêm perdendo mercado norte americano, devido ao ingresso do México através do NAFTA, posto que este país beneficia-se do acordo de livre mercado; os produtos têxteis brasileiros também são sobretaxados no mercado norte americano através de quotas específicas por produtos provenientes do Brasil (38% *ad valorem* e mais 48,5 centavos de dólar por quilograma e também a imposição de barreiras não tarifárias como regras de origem, exigências técnicas etc.).

²⁶ Os dados utilizados são referentes ao relatório divulgado pela Embaixada do Brasil em Washington em novembro de 2000, sobre barreiras aos produtos e serviços no mercado norte americano e CEE, porém são analisados somente os dados referentes aos produtos da pauta de exportação brasileira.

²⁷ O sistema de quotas aplica-se sobre condições de livre comércio, sendo que cada país pode exportar para o mercado norte americano uma quantidade limitada, definida através de quotas, porém exportações acima da desta quota incidem altas tarifas aduaneiras.

Outros produtos como o açúcar (tarifa de 236% extra-quota); soja principalmente para produtos industrializados (tarifa de 19,1% para a importação); tabaco (tarifa de 350% extra-quota e com reserva de mercado de 75% para o produto nacional); o etanol, mesmo o Brasil sendo o maior produtor mundial, a redução nas exportações brasileiras foram de 87% após a década de 1980, devido ao programa de subsídios ao produto nacional norte americano.

Esses exemplos demonstram que além de terem quotas definidas e tarifas aduaneiras, esses produtos são praticamente impedidos de entrarem no mercado norte americano, devido ao uso de subsídios à produção interna e reserva de mercado, além do fato que em muitos casos, como na comercialização do açúcar e do etanol, a definição de medidas protecionistas no mercado norte americano influenciam também o preço desses produtos no mercado internacional.

As barreiras não tarifárias e fitosanitárias também são muito utilizadas no que se refere a frutas e legumes exportadas pelo Brasil, tornando-se um obstáculo que impede a entrada desses produtos no mercado norte americano. Praticamente 100% das exportações para os E.U.A. de frutas e legumes do Brasil necessitam de licença prévia de importação, representando uma barreira burocrática, visto o longo prazo e a burocracia para serem concedidas²⁸. As exportações de carne suína e bovina para os Estados Unidos são proibidas devido aos padrões sanitários impostos aos produtos brasileiros, sob a alegação da existência de cólera suína e febre aftosa.

Outros artifícios utilizados para restringir a entrada de produtos brasileiros no mercado norte americano diz respeito ao uso de direitos *anti-dumping* e de direitos compensatórios. Um exemplo claro é o caso do setor siderúrgico (ferro-ligas e laminados a quente de aço), em que o Brasil foi acusado de subsidiá-lo após ter sido privatizado, o que resultou em um embargo às exportações brasileiras, mesmo após o processo ter sido julgado na OMC (1999) em favor do

²⁸ As licenças prévias para importação de frutas e legumes para os E.U.A. são concedidas através da USDA (*United States Department of Agriculture*), órgão de inspeção norte americano que analisa dados referentes a métodos de cultivo, inexistência pragas, etc.

Brasil, o Departamento de Comércio Norte Americano (DOC) impõe manobras burocráticas para impedir as exportações desse setor para os E.U.A.

Outros mecanismo são utilizados como barreiras não tarifárias como por exemplo as normas ambientais, que vinculam o comércio internacional e a proteção ambiental; o uso de normas técnicas exigidas pelo governo norte americano (padrões de rotulagem, embalagem certificação farmacêutica etc.), além do argumento sobre normas trabalhistas que são contestadas no âmbito da OMC. Os programas de subsídios²⁹ às exportações norte americanas através de compensações aos exportadores norte americanos de produtos agrícolas (como por exemplo trigo, cevada, produtos lácteos e frango), não só impedem o acesso de produtos brasileiro nos E.U.A., como também competem com esses em outros mercados.

A CEE também lança mão, principalmente de barreiras não tarifárias e fitosanitárias para restringir às exportações brasileiras, principalmente em setores onde o Brasil é competitivo, como o setor agrícola, que representa cerca de 49% das exportações brasileiras para os mercados europeus.

A CEE utiliza-se de uma Tarifa Externa Comum (TEC), que estabelece a nomenclatura e o conjunto de direitos de importação a serem aplicados por todos os Estados Membros às exportações de terceiros países. A TEC consiste em um conjunto de informações sobre questões aduaneiras constantes na Tarifa Integrada das Comunidades Europeias (TARIC), dividida em dois grandes grupos: produtos agrícolas e produtos industriais. As tarifas aduaneiras são estabelecidas em base *ad valorem*. Os chamados direitos específicos referem-se a valores pré-determinados por unidades de volume, aplicados sobre alguns produtos agrícolas; existem ainda os direitos adicionais aplicados a produtos cujos preços de entrada no mercado comunitário sejam inferiores aos preços estabelecidos pela CEE.

²⁹ Os principais programas de subsídios as exportações norte americanas são feitas através de incentivos as exportações, oportunidades de créditos para compradores potenciais e infra-estrutura de apoio no exterior para auxiliar no armazenamento de produtos agrícolas. Efetuam-se através dos programas de incentivos as exportações (1996 Farm Bill): Export Enhancement Program –EEP, Dairy Export Incentive Program –DEIP, Export Credit Guarantee Programs, GSM 102 e GSM 103, Supplier Credit Guarantee Program –SCGP.

As barreiras não tarifárias também são muito utilizadas pela CEE para proteger o produtor nacional, sobretudo do setor agrícola, sendo possível citar as quotas tarifárias, os regimes especiais de importação³⁰, regras de origens, os regulamentos *anti-dumping*, anti-subsídios e salvaguardas.

No que diz respeito as compras governamentais, os processos na maior parte das vezes são fraudulentos, as licitações geralmente beneficiam empresas nacionais, prejudicando a atuação de empresas brasileiras com condições de atender os chamados mercados “subnacionais”, visto que as licitações são feitas normalmente por governos nacionais e sobretudo por governos regionais e municipais.

O setor agrícola na CEE beneficia-se de forte proteção, principalmente a produção de cereais, carne bovina e suína, produtos lácteos, frango, frutas e verduras, que além de serem subsidiados ainda contam com medidas tarifárias; que impossibilitam as exportações brasileiras desses produtos para os mercado europeu (Ver Anexo II).

A proteção aos setores agrícolas relevantes para os países europeus ocorre através das Organizações Comuns de Mercados (O.C.M.), definidas como políticas agrícolas setoriais, financiadas através do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, que responsabiliza-se pelos altos custos exigidos para a manutenção dos subsídios e pelas restituições ao setor agrícola da CEE.

As O.C.M. abrangem setores como culturas aráveis, açúcar, frutas e legumes, tabaco, arroz, carne bovina, carne suína e aves, através de quotas determinadas à importação, direitos alfandegários, restituições aos exportadores, intervenções no mercado através da política de preço mínimo, reembolsos com estocagem etc.

A média tarifária para a importação de produtos agrícolas brasileiros pela CEE variou em torno de 17,3% e 4,2% para produtos industrializados (dados referentes ao ano de 2000).

³⁰ A CEE aplica a chamada “preferência comunitária” com a qual assegura prioridade para o consumo de produtos comunitários e proteção para o mercado contra importações ditas exageradas ou preços vis.

Apesar do Brasil, ocupar a segunda posição como fornecedor de produtos agrícolas e matérias primas para a CEE (Ver Anexo I), os principais produtos exportados são considerados como produtos de pouco valor agregado. Sendo considerados cinco intervalos tarifários (superior a 10%, entre 5% e 10%, entre 1% e 4% e produtos com 0%), cerca de 50% das exportações brasileiras para o mercado comum europeu está no intervalo tarifário acima de 10%.

Outros produtos exportados pelo Brasil para o mercado comum europeu sofrem ainda os chamados picos tarifários: tabaco (tarifa média 36,7%), bananas (tarifa média extra-quota 54,6%), carne bovina porcina e de aves (tarifa média de 38%), leites e produtos derivados (tarifa média 24,5%), açúcar bruto (média de 73%).

Quadro 2: Produtos Agrícolas Exportados pelo Brasil
Para CEE Com Média Tarifária Acima de 10%

Produtos Agrícolas Exportados pelo Brasil a CEE	Média Tarifária (%)	Participação Do Brasil no Mercado Comunitário (%)
Pectinas	16,4 %	40%
Gordura e Óleos Vegetais	10,6%	21%
Aves (Peru)	11,3%	31%
Cacau em Pó	16,4%	40%
Suco de Laranja Congelado	24,5%	83%
Suco de Laranja Outros	25,5%	35%
Preparações, Extratos e Concentrados	12%	15%
Suco de Outras Frutas	12%	14%
Mistura de Sucos	19,%	14%

Fonte: Eurostat, , 1999

Existem ainda produtos agrícolas exportados que possuem escalas tarifárias: atum fresco congelado tarifa de 0% enquanto as conservas de atum tarifa média de 24%; soja em grão tarifa 0% , para uso industrial 6,4% e óleo refinado 9,6%; a tarifa para açúcar bruto é de

73% e para açúcar refinado é quase o dobro; além das altas tarifas ainda são restringidas por quotas limitadas: açúcar, bananas, cortes nobres de carne bovina e carne de frango.

As barreiras de ordem sanitárias e fitosanitárias atuam como obstáculos aos produtos agropecuários, principalmente os produtos de origem animal: carne bovina com osso, *in natura*, carne suína fresca, carne de ovino. Esses produtos para serem exportados para os mercados europeus precisam ser inspecionados e habilitados pela Comissão Europeia, porém, esses processos são bastantes lentos.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

A doutrina do livre comércio parte do pressuposto que através deste, a produção mundial será maximizada através da especialização de cada país e da livre concorrência, argumentando que o “objetivo” é o aumento do bem estar em todos os países. A justificativa está no aumento da produção mundial, através das vantagens comparativas existentes em cada país, ou seja, o aumento na produção nacional dos bens que cada país produz com custos menores, estes serão exportados em troca dos bens nos quais o país não possui vantagens comparativas (efeito-produção). Este processo teoricamente, levaria à equalização no preço das mercadorias no âmbito mundial, o que seria benéfico para todos os países que participam do comércio internacional.

A história, porém, demonstra que no desenvolvimento das economias dos países dominantes, estes sempre fizeram uso de medidas protecionistas. Apesar, do livre comércio ser considerado como a política comercial ideal, esta nunca foi colocada em prática, pois em maior ou menor grau o protecionismo sempre esteve presente.

Assim, poucas são as atividades econômicas que têm sido objeto de maior número de regulamentações do que as transações comerciais internacionais. Desde o século XIX, em plena vigência das economias liberais de mercado, inspiradas pela teoria de Smith e Ricardo, quando o comércio internacional passou a adquirir maior significado, desde então tem-se criado obstáculos tarifários para se limitar o acesso de produtos provenientes de terceiros países. Com o passar do tempo, novos instrumentos foram criados com a mesma finalidade, em função de objetivos de caráter político ou econômico.

A tendência protecionista tem acompanhado o próprio desenvolvimento das relações comerciais entre os países, revestindo-se hoje não apenas da tradicional roupagem tarifária, mas sobretudo de uma grande variedade de mecanismos, englobados sob a designação genérica de “barreiras não tarifárias”.

List, postula uma política de desenvolvimento nacional através do uso de medidas protecionistas, com ênfase no fomento para o desenvolvimento do setor industrial em conjunto com o setor agrícola, sendo que os setores industriais recém implantados, que não conseguem concorrer internacionalmente devem ser protegidos.

List, escreve na segunda metade do século XIX e chama a atenção para a existência uma divisão mundial, com países mais desenvolvidos beneficiando-se através do mercado internacional dos países mais atrasados, transformando-os em mercados consumidores para os produtos manufaturados e fornecedores de matérias primas e produtos agrícolas baratos, representando portanto, a impossibilidade sobre o regime de livre comércio dos países atrasados em conseguir alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento dos países mais avançados. Segundo List, somente o desenvolvimento industrial em conjunto com a agricultura possibilitaria a maior autonomia nacional, portanto, diminuindo o grau de dependência do país com relação ao mercado externo.

O livre comércio, seria benéfico a toda a humanidade somente se todos os países estivessem no mesmo nível de desenvolvimento econômico, social e político, porém, isso não condiz com o que é observado.

Ao analisar a teoria protecionista de List, é possível observar como seus fundamentos estão presentes na atual configuração do mercado mundial e como os países desenvolvidos utilizam-se desse comércio para converter os benefícios derivados deste em benefícios próprios e com isso atender à seus próprios interesses. Desta forma, impondo políticas de proteção em seus mercados internos, o que inviabiliza o comércio mundial como um caminho de desenvolvimento para os países atrasados como o Brasil, transformando-os em importadores de produtos manufaturados e tornando-os cada vez mais dependentes da economia dos países dominantes (E.U.A. e CEE).

É possível concluir, portanto, que o livre comércio é antes uma política de sujeição dos países atrasados em relação aos países dominantes, que possuem condições de interferir e influenciar o mercado internacional de acordo com seus interesses em detrimento dos países

mais atrasados, mantendo uma política de dependência dos primeiros em relação aos segundos.

A economia internacional atualmente baseia-se na teoria do livre comércio e seus supostos benefícios. O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson desempenha papel fundamental como uma das “Teorias Modernas de Comércio Internacional”, tendo como teoremas fundamentais as diferentes dotações de fatores entre os países e a equalização nos preços desses fatores através do comércio internacional.

É necessário, porém, supor que todos os países que comercializam no mercado internacional encontrem-se no mesmo nível de desenvolvimento e tecnologia, e supor ainda, que o comércio entre eles será apenas em virtude de suas vantagens em determinados fatores (trabalho e capital). Este modelo simplificado de comércio internacional não retrata a realidade, visto que os países são diferentes entre si, como também as vantagens no que tange as dotações de fatores, sendo estas não apenas vantagens naturais mas construídas, portanto, não conseguem explicar os fluxos do comércio internacional.

O livre comércio e os benefícios advindos desse, representados pelo Modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson, são na verdade utópicos. O mercado mundial atualmente é formado por grandes empresas, muitas vezes multinacionais e não atuam sobre condições de livre concorrência. Além disso, este modelo não considera as medidas restritivas adotadas praticamente por todos os países e os custos de transportes incluídos na formação dos preços internacionais dos produtos, por essas razões, o modelo perde sua utilidade. Isso é decorrente de suas próprias hipóteses simplificadoras e não representa o contexto internacional atualmente, porém, este modelo representa de forma simplificada a teoria neoclássica sobre o comércio internacional.

Com a atual configuração do mercado mundial, o livre comércio torna-se apenas um artifício para manutenção da submissão de países atrasados em relação aos países mais avançados e isso deve-se a própria relação de dependência existente.

Os principais países que formam o mercado internacional (E.U.A. e CEE) são os grandes “defensores” da doutrina do livre comércio, mas fazem uso de forma sistemática de medidas protecionistas, utilizando-se para isso de um conjunto de medidas restritivas, principalmente de barreiras não tarifárias que impossibilitam o aumento das exportações dos países atrasados para estes países.

Os países atrasados, incluindo-se também o Brasil, são os mais prejudicados, visto que, a maior parte dos produtos da pauta de exportações destes são produtos agrícolas e semi-manufaturados, setores fortemente protegidos nos maiores mercados mundiais. Torna-se, ilusório supor que a adoção do livre comércio possa favorecer o desenvolvimento de países atrasados. A relação comercial entre o Brasil e os países desenvolvidos (E.U.A. e CEE), demonstra como a doutrina do livre comércio torna-se na realidade impraticável.

Os países desenvolvidos fazem uso de medidas restritivas de forma abusiva e discriminatória, taxando os produtos da pauta de exportação brasileira, principalmente em setores nos quais o Brasil possui condições de aumentar suas exportações. Os E.U.A. além de fornecer altos subsídios e impor altas tarifas (a média tarifária para a importação de produtos brasileiros chega a 45,6%) faz uso também de uma grande variedade de barreiras não tarifárias, como o uso de quotas, certificados de origem, barreiras sanitárias, entre outras.

A CEE, bem como os E.U.A., faz uso de medidas restritivas, principalmente para produtos agrícolas, utilizando-se de tarifas à importação (tarifas à importação em torno de 17,3% para produtos brasileiros), altos subsídios ao setor agrícola, além de um conjunto de barreiras não tarifárias, em prejuízo das exportações brasileiras.

A criação de organismos internacionais como o GATT e posteriormente a OMC, tendo como pauta básica a liberalização do comércio internacional, promovidos principalmente pelos países desenvolvidos, são na realidade manipulados por estes em benefícios próprios, visando atender seus interesses e buscam sobretudo reduzir as restrições comerciais impostas pelos países atrasados.

Conclui-se, portanto, que a política de comércio exterior pautada na liberdade de comércio é conveniente aos países industrialmente desenvolvidos, principalmente para os Estados Unidos da América e Comunidade Econômica Européia, representando a manutenção de sua posição hegemônica no comércio internacional. É a continuação da política de transformar os países atrasados em fornecedores de matérias primas e produtos primários a preços baixos e consumidores de produtos industrializados. A estabilidade dessa política resulta na manutenção da divisão dos países na esfera mundial em países ricos e países pobres, e a submissão e dependência dos segundos em relação aos primeiros.

CAPÍTULO 6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCKÉS, Pierre. *A Internacional do Trabalho*. 1.ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1976.

BRASIL. *Barreiras aos Produtos e Serviços Brasileiros no Mercado Norte Americano*. Embaixada do Brasil. Washigton, D.C., nov.2000.

ENGELS, Friedrich. *Proteccionismo Y Librecombio*. Obras completas de Marx e Engels. Escritos economicos menores. México: Editora Fondo de Cultura Econômica

HELLER, H. Robert. *Comércio Internacional: teoria e evidência empírica*. 1.ed. São Paulo : Editora Atlas. 1978.

KRUGMAN, Paul. R. OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: teoria e Política*. 4.ed. São Paulo : Editora Makron Books. 1999.

LABATUT, Ênio Neves. *Política de Comércio Exterior*. 1.ed. São Paulo : Editoras Aduaneiras, 1994.

LIST, George Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. 2.ed. São Paulo : Nova Cultural, 1986.

MAIA, Jayme de Mariz. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. 4.ed. São Paulo : Editora Atlas. 1998.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. 1.ed. São Paulo : Editora Nova Cultural. 1996.

SALVATORE, Dominick. *Economia Internacional*. 6.ed. Rio de Janeiro : LTC Editora, 1998.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. 1.ed. São Paulo : Editora Best Seller, 1994.

SAVASINI, José Augusto. MALAN, Pedro S. BAER, Wener. (Org.) . *Economia Internacional*. 1.ed. São Paulo : Editora Saraiva.1979.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas.1.ed. São Paulo : Editora Nova Cultural. 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*: ensaios sobre a economia brasileira. 7.ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores.1978.

Páginas da Internet:

<http://www.cepal.org/>

<http://www.bacen.gov.br/>

<http://www.eurostat.org/>

<http://www.yahoo.com.br/noticias/economia>

<http://www.eclac.cl/publicaciones/secretariaejecutiva/>

ANEXO I

COMÉRCIO BRASIL - UE

1989 - 1999

US\$ 1.000

	Importação Indústria	Participação Importação Indústria %	Importação Agricultura	Participação Importação Agricultura %
1989	3.442.475	89,8	390.549	10,2
1990	4.030.337	92,2	342.372	7,8
1991	4.265.987	90,7	435.804	9,3
1992	3.723.784	94,7	208.776	5,3
1993	5.765.985	95	301.510	5
1994	7.489.646	93,3	534.693	6,7
1995	13.389.778	92,4	1.097.987	7,6
1996	13.418.822	94,4	803.136	5,6
1997	15.362.302	95,5	716.589	4,5
1998	16.281.551	95,5	766.163	4,5
1999	14.102.915	93,22	512.148	3,39

	Exportação Indústria	Participação Exportação Indústria %	Exportação Agricultura	Participação Exportação Agricultura%
1989	6.232.604	54,3	5.239.903	45,7
1990	6.756.918	58	4.898.925	42
1991	6.951.938	60,1	4.614.802	39,9
1992	5.668.215	55,5	4.535.829	44,5
1993	4.922.268	51,5	4.635.789	48,5
1994	6.593.914	52,5	5.968.677	47,5
1995	8.251.531	58,6	5.840.386	41,4
1996	7.144.526	54,1	6.054.661	45,9
1997	7.374.256	52,2	6.747.694	47,8
1998	8.467.832	57,7	6.210.133	42,3
1999	8.234.181	59,44	5.549.513	40,06

Fonte : Eurostat (1999)

ANEXO II

SUBSÍDIOS

ESTIMATIVA DE APOIO TOTAL A AGRICULTURA NA CEE (EST) *

EST Em US\$ milhões

Países	1986 - 1988	1991-1993	1996	1997	1998
Austrália	1.365	1.795	1.871	1.963	1.726
Canadá	7.113	7.563	4.540	4.193	4.291
U E	112.671	152.048	129.262	123.030	142.201
Japão	58.055	66.882	66.144	64.072	56.842
Coréia do Sul	14.315	24.561	24.218	26.114	15.997
México	3.237	12.611	5.278	6.266	5.997
Nova Zelândia	581	142	150	174	98
Turquia	3.962	10.204	17.020	17.049	22.830
EUA	88.029	89.855	85.073	79.528	97.311
OCDE	325.996	393.520	348.802	336.185	363.373

Fonte: Política Agrícola dos países da OCDE, OCDE 1999.

EST como participação no PIB (%)

Países	1986 - 1988	1991-1993	1996	1997	1998
Austrália	0,68	0,62	0,49	0,5	0,49
Canadá	1,69	1,30	0,75	0,68	0,72
U E	2,29	1,5	1,14	1,18	1,36
Japão	2,4	1,76	1,57	1,53	1,5
Coréia do Sul	10,06	7,9	5,86	5,9	5,37
México	2,07	3,47	1,36	1,56	1,43
Nova Zelândia	1,85	0,34	0,24	0,27	0,19
Turquia	4,83	6,37	8,58	8,93	10,67
EUA	1,88	1,44	1,05	0,98	1,15
OCDE	2,10	1,71	1,32	1,32	1,43

Fonte: Política Agrícola dos países da OCDE, OCDE 1999.

- A Estimativa de Apoio Total (EST) indica o valor monetário total de todas as transferências brutas dos contribuintes e dos consumidores em decorrência de medidas de apoio a agricultura, deduzidas as receitas orçamentárias associadas.

ANEXO III
MODELO DE HECKSCHER - OHLIN
A DISPONIBILIDADE RELATIVA DE RECURSOS
COMO CAUSA DA ESPECIALIZAÇÃO E DAS
TROCAS INTERNACIONAIS

Oferta Relativa de recursos	Trópicos	Regiões das Grandes Planícies	Europa Continental	Reino Unido	Estados Unidos
Ampla Moderada Escassa	Trabalho Terra Capital	Terra Trabalho Capital	Trabalho Capital Terra	Capital Trabalho Terra	Capital Terra Trabalho
Recursos mais Intensivamente Empregados	Especialização e trocas, a partir das diferentes Disponibilidades relativas de recursos				
TRABALHO	Produtos Agrícolas		Laticínios; Manufaturados de Mão de obra Especializada		
TERRA*	Tropicais; Artesanato Manual	Cereais; Carnes; Fibras naturais (lã e algodão			
CAPITAL				Manufaturas Leves e Pesadas; Máquinas e Equipamentos	Manufaturados leves; cereais

Fonte: HANSSON, K.Erik. A general theory of the system of multilateral trade. *American economic review*, V XLII, 1952

* Quadro simplificado referente ao modelo de Heckscher-Ohlin, a terra é considerada como um fator de produção.